

Enquadramento do Documento

O presente documento é uma primeira versão da estratégia de desenvolvimento do sector agrário com uma visão de médio/longo prazo, tendo em conta as prioridades básicas do desenvolvimento agrário no País. O documento está estruturado em cinco partes fundamentais, que consubstanciam a selecção e arrolamento das prioridades do sector.

O capítulo I faz a descrição da situação macro-económica do País na perspectiva de uma economia com estabilidade e que mobiliza recursos internos e externos para investimentos em sectores da actividade que geram riqueza nacional, e a avaliação do sector agrário nacional, onde se apresentam as principais características, a sua contribuição no PIB, a sua estrutura organizativa no presente e como o sector pode dar resposta aos desafios de desenvolvimento agrário.

O capítulo II apresenta política actual do sector agrário, tendo em conta os seguintes instrumentos orientadores: os objectivos do Governo para o sector agrário, os objectivos estratégicos do sector agrário que inclui os assuntos transversais relevantes para o desempenho do sector, tais como o género, a gestão ambiental, e o HIV/SIDA, a visão do sector agrário em Moçambique, e a missão do MINAG. O capítulo faz uma análise crítica de cada um dos documentos actualmente em vigor, a termina com uma análise FOFA, isto é, uma análise dos pontos fortes, oportunidades, pontos fracos e ameaças no contexto da situação actual.

O capítulo III apresenta a necessidade da definição das prioridades, tendo em conta a hierarquizar as intervenções de forma harmonizada, de tal maneira que, ao serem realizadas em paralelo, se interrelacionem e influenciem as outras intervenções conexas. O capítulo apresenta os critérios básicos de priorização e finaliza com uma análise crítica de cada um dos documentos actualmente em vigor.

O capítulo IV identifica quatro pilares básicos do desenvolvimento agrário e, com base nos critérios para a definição das prioridades apresentados no terceiro capítulo, apresenta as prioridades de desenvolvimento por cada sector da estrutura funcional do Ministério. O capítulo termina com um arrolamento analítico dos principais desafios a enfrentar e determinantes para o alcance das metas estabelecidas de cada prioridade.

O último capítulo apresenta as metas e os resultados a alcançar de modo a que sejam realizadas as prioridades definidas, e, com base nas metas estabelecidas desenhar o cenário fiscal de médio prazo, para a melhor alocação dos recursos de acordo com o ProAgri.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO E CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO EM MOÇAMBIQUE

1.1 A Situação Macro Económica do País

1.1.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Após a independência em 1975, Moçambique passou por um processo de declínio económico nos primórdios dos anos 80, tendo experimentado neste período um crescimento negativo do seu PIB. A guerra civil teve a sua quota parte, devastando o País e deixando pelo menos quatro milhões de habitantes dispersos e em condições empauperadas, bem como infra-estruturas destruídas. Paralelamente a subida de petróleo no mercado internacional e muitos desastres naturais, tais como as cheias, estiagem prolongada e consequente seca constituíram (alguns ainda constituem) os maiores contribuintes no declínio da economia.

Em 1987, para a recuperação e estabilidade económica o governo de Moçambique, com assistência técnica e financeira do Banco Mundial, lançou um programa de ajustamento estrutural através do qual o País restabeleceu as infra-estruturas e os recursos humanos com efeitos benéficos na economia.

Desde 1987, a reforma económica e a liberalização da política de preços tiveram efeitos em quase todos os aspectos da economia nacional e os resultados mostram um crescimento relativo da economia. De acordo com recentes indicadores a situação macroeconómica de Moçambique mostra uma imagem satisfatória. Por exemplo, entre o período 1997 e 1999, Moçambique teve uma taxa de crescimento anual de 10%, uma das mais altas da região.

As cheias do ano 2000 que devastaram a região sul do país tiveram efeitos perversos à economia na redução da taxa de crescimento para cerca de 2.1% em 2000 numa estimativa do PIB de US\$ 3,900 milhões. Em 2001, o Banco Mundial sublinhou que a economia moçambicana era das mais promissoras no seu crescimento na África Austral.

Nos últimos anos, o nível do PIB a preços constantes situa-se a uma média de 4,000 milhões de US\$, equivalente a 220 US\$ per capita (INE, 2003). As actividades que têm contribuído para o PIB são a agricultura (23%), comércio (21%), e a indústria em (13%), enquanto por sectores temos o sector Familiar (51%), Governo (6%), e o sector Empresarial (5%).

Em 2004, o crescimento do PIB foi de 7.5%, comparável à taxa anual de 6.9% entre 1990-2001 e muito mais alta do que a taxa anual de 0.1 % observada no período 1980-1990 (INE, 2004). A Tabela 1.1.1 mostra a variação percentual do PIB, bem como o PIB per capita no período 1998 a 2004.

Tabela 1.1.1 Mudança percentual do PIB e do PIB per Capita (US\$), 1998 - 2004

PIB	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
% Variação	12.6	7.5	1.5	13	8.2	7.9	7.5
Per Capita	240.6	243	218	197	231	264	313

Fonte: 1998 - 2001: INE (2002) e 2002 - 2004: INE (2004)

1.1.2 Inflação

Apesar das medidas de política tomadas pelo Governo, no que se refere ao controlo da despesa pública e da oferta de moeda, que tem registado um certo decréscimo em alguns períodos, a inflação constitui um problema que preocupa os gestores financeiros e todos os agentes económicos do País.

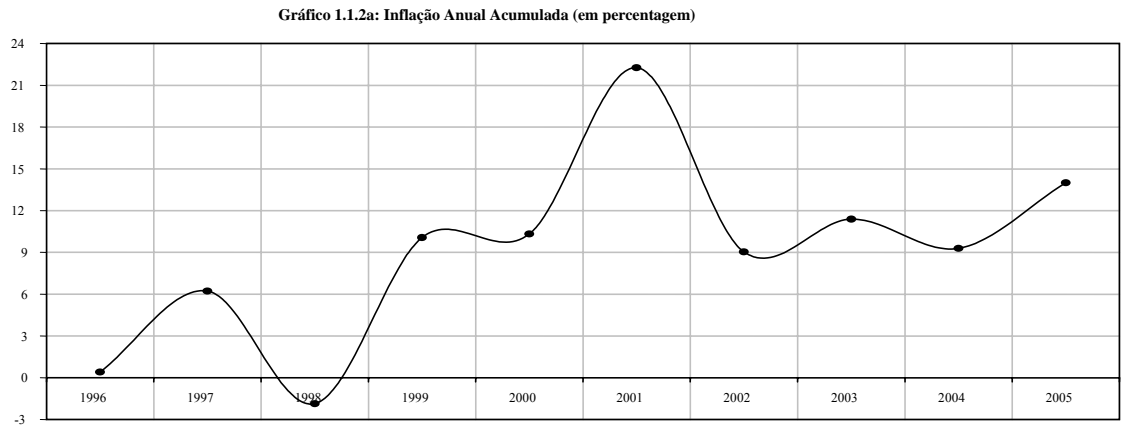
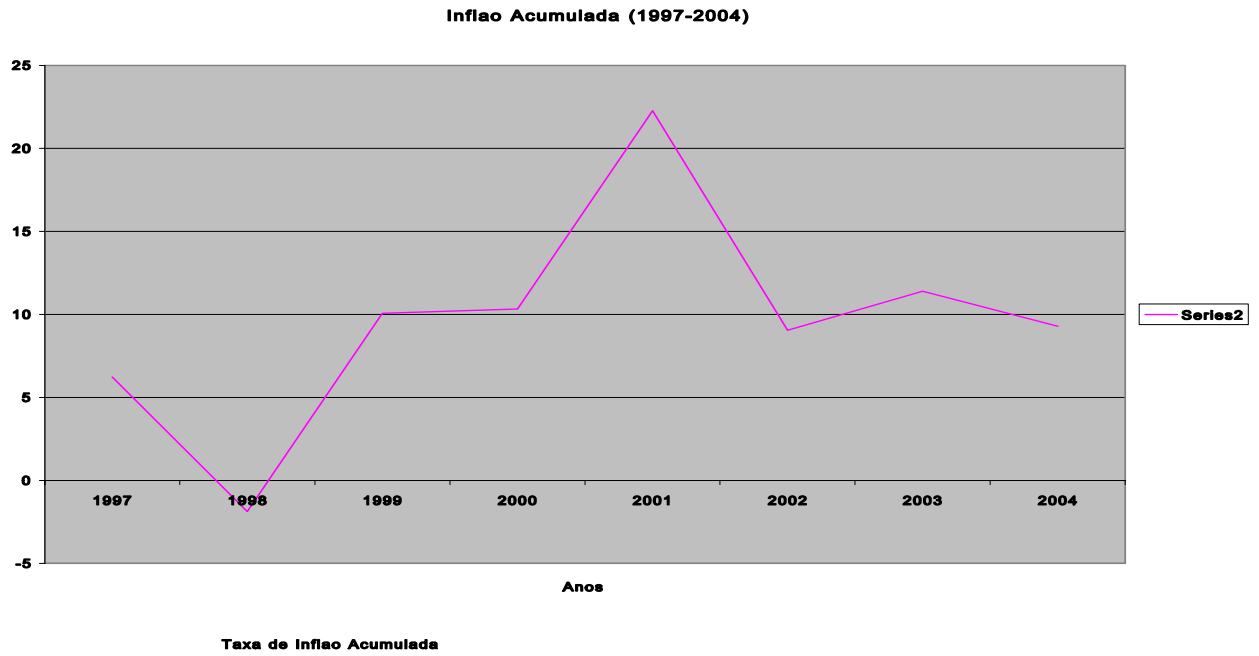
Entretanto o esforço do governo é de reduzir a inflação e os resultados têm sido positivos. Por exemplo, em 1994, o ano das primeiras eleições democráticas a taxa situava-se em cerca de 70%, para dois anos depois reduzir-se para 11.6%. A taxa cumulativa de 2003 e 2004 foi de 11.4% e 9.3% respectivamente.

Em termos gerais nos anos 90 a inflação foi a um dígito e a dois dígitos nos anos 2000-03, tendo retornado a um dígito em 2004 (INE, 2004). O Gráfico 1.1.2a ilustra a situação da inflação acumulada no período entre 1997 e 2004.

A taxa de inflação estimada para 2005 foi de 14% (Gráfico 1.1.2b), o que é significativamente acima da taxa projectada para o ano e da média anual (9.1%) dos últimos dez anos (1996-2005).

O Gráfico 1.1.2b ilustra três características do comportamento da inflação em Moçambique nos últimos 10 anos. Primeiro, as taxas de inflação têm sido geralmente baixas relativamente a outras economias com níveis semelhantes de desenvolvimento, em especial na África Sub-Sahariana.

Gráfico 1.1.2a Inflação Acumulada 1997 – 2004



Fontes: Instituto Nacional de Estatística (INE) e Ministério da Planificação e Desenvolvimento

Com excepção de dois ou três anos marcados por factores conjunturais fortes (como é o caso das cheias de 2000 e a subida dos preços de petróleo em 2005), de um modo geral as taxas de inflação situaram-se dentro dos níveis acordados entre o governo de Moçambique e o FMI.

Segundo o período em análise, as taxas de inflação foram sistematicamente mais altas nos últimos 8 anos do que nos primeiros dois, coincidindo com a ligeira aceleração da taxa de crescimento. No entanto, nos últimos três anos enquanto a taxa de crescimento teve tendência a desacelerar, as taxas de inflação mantiveram-se ou aumentaram.

1.1.3 Balança de Pagamentos

A balança comercial de Moçambique é continuamente negativa, devido ao excesso das importações em comparação com as exportações. A relação negativa entre os bens e serviços contribui para uma balança de pagamentos global negativa, excluindo a balança dos fluxos financeiros. A conta dos fluxos financeiros é negativa, sendo positiva a dos fluxos de capital. Com os elementos apresentados não constitui surpresa a relação negativa da balança de pagamentos do País.

Entretanto, Moçambique continua dependente da ajuda externa para fazer o balanço do seu orçamento e para financiar o déficit da balança comercial. O País tem beneficiado, de entre outros, do cancelamento da grande parte da sua dívida externa feita pelo Fundo Monetário Internacional. Por exemplo, em Setembro de 2001, o país recebeu uma ajuda adicional de US\$ 600 milhões.

O GdM¹ está consciente da necessidade da redução do déficit fiscal, bem como da redução progressiva de donativos dos doadores. Uma reforma fiscal que inclui a introdução da taxa sobre o valor acrescentado e a reforma dos serviços das alfândegas melhorou substancialmente a colecta das receitas. A Tabela 1.1.3 apresenta o sumário da balança de pagamentos de Moçambique de 1998 a 2004.

1 GdM – Governo de Moçambique

Tabela 1.1.3 Balança de Pagamentos de Moçambique (10⁶ US\$), 1998 - 2004

Conta	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Transações							
correntes	-773.7	-854.6	-686.4	-639.7	-711.6	-816.5	-566
Capital	133.9	180.3	226.8	256.7	222	270.7	263
Financeiro	490.5	390.6	81	4.5	-731.7	372.8	-109.8
Erros e							
Omissões	-49.1	-42.6	-37.9	-137.6	-233.4	190	229.7
Balanço	198.3	326.3	416.5	516.1	-1454.7	17.1	-183

Fonte: 1998 - 2001: INE (2002); 2002 - 2004: INE (2004)

A médio termo espera-se que a situação da comercialização cresça de forma significativa, como resultado da melhoria das infra-estruturas, que permitirão as ligações de Moçambique com os países vizinhos como a África do Sul (o maior parceiro comercial de Moçambique). É importante notar, entretanto, que o desenvolvimento positivo da economia moçambicana continuará a ser fortemente afectada pela alta taxa de incidência de pobreza que continua ainda muito alta.

1.1.4 O Sector Financeiro em Moçambique

O sector financeiro em Moçambique compreende tanto instituições regulamentadas como as não regulamentadas. As instituições regulamentadas incluem os bancos comerciais e as instituições financeiras não bancárias tais como as companhias de seguro, companhias de “leasing” e as companhias financeiras. As instituições não regulamentadas incluem uma série de instituições de micro finanças, incluindo o grupo de ajuda mútua, bancos comunitários e associações de crédito.

Ambiente Favorável para o Sector Financeiro: Política do Sistema Fiscal e Monetário - Uma das principais fraquezas no desenvolvimento agrícola é a falta de facilidades de acesso aos serviços financeiros tanto do sector familiar assim como do sector comercial. Embora o sistema financeiro em Moçambique continue pequeno e dominado pelos bancos privados, existem algumas acções positivas na política financeira do governo de Moçambique. A lei sobre os Bancos Comerciais engloba toda a supervisão e a autoridade reguladora do Banco de Moçambique sobre os bancos comerciais e outras instituições financeiras.

Necessidade de Capital para Abertura de Instituições Financeiras - No quadro legal actualmente em vigor, o capital mínimo necessário para se obter uma licença para abertura de instituições bancárias é de 3 milhões de dólares americanos. Este nível está de acordo com as leis de outros países da região, contudo este valor é provavelmente muito alto para o estabelecimento de pequenos bancos, incluindo instituições financeiras de carácter local com impacto no meio

rural.

O relatório de Abril de 2004 da EU constata que o sector dos bancos comerciais continua sem possibilidades de reduzir as taxas de crédito mal parado resultante de um ambiente de baixos retornos, incluindo um fraco funcionamento do sistema judicial e baixos níveis no ambiente de operação de negócios.

Políticas sobre Bilhetes de Tesouro - Os actuais regulamentos continuam o maior constrangimento para aumentar o fluxo financeiro a investidores privados na agricultura ou um outro sector de duas maneiras. Primeiro, o regulamento actual limita o direito para a compra de bilhetes de tesouro nos bancos comerciais. Segundo, a alta denominação das taxas dos bilhetes de tesouro permite que os bancos comerciais ganhem uma grande margem de lucro no depósito. O Standard Bank reportou que o rácio custo/rendimento era de 49.6% em 2000, 45.2% em 2001 e 53.1% em 2002 indicando que os rendimentos eram o dobro dos custos operacionais incluindo os custos dos fundos operacionais e provisão para o crédito mal parado em 2000 e 2001. Os bancos estão a usar esses ganhos para reconstituir activos perdidos em resultado dos créditos mal parados.

Empréstimo dos Bancos Comerciais - Moçambique não tem um Banco Agrário. A par disso, um dos maiores desafios para expandir o empréstimo dos bancos comerciais para o sector de agro-negócios é estes aumentarem o seu conhecimento para poderem assessorar na redução do risco da agricultura e desenvolver produtos cujo ciclo de reembolso está de acordo com os fluxos de caixa dos próprios bancos na sua qualidade de credores. Embora os três bancos tivessem indicado que fariam crédito à agricultura, apenas um, o Grupo BIM tem produtos financeiros que incorporam fluxos de caixa para o sector da agricultura. Embora na actualidade o Standard Bank não tenha uma linha de crédito especializada para o sector da agricultura, este tem planos para admitir um perito em agro-negócios para o seu quadro. Todos os Bancos têm os seus Departamentos centralizados em Maputo, o que aumenta os custos de crédito e retarda os processos, pois embora as Filiais nas Províncias possam fazer análise dos créditos e dar as suas opiniões, mas não podem tomar decisões.

O impacto dos altos bilhetes de tesouro é evidente nas taxas de crédito dos bancos comerciais, o esquema de empréstimo dos bancos comerciais não favorece o crédito aos pequenos produtores nem mesmo às micro e pequenas empresas; O valor mínimo de empréstimo concedido pelo Banco Austral é de 30 milhões de Meticals (1,250 USD). Mesmo os agricultores comerciais da província de Manica, muitos dos quais trazem uma longa experiência do Zimbabwe, são considerados como um grupo de alto risco pelos Bancos Comerciais. A taxa no Banco Austral varia entre 29 e 31% em Meticals equivalente a 5 a 6% em USD, e 42% no Standard Bank.

A Contribuição de Outras Instituições Financeiras - Para além dos Bancos Comerciais, existem outras instituições financeiras cujo papel pode ser importante para o acesso dos produtores agrícolas ao crédito bancário. Em Moçambique, as empresas de Seguros e as Instituições Financeiras como a GAPI e a AMODER desempenham um papel preponderante para o acesso dos pequenos produtores ao crédito. No presente, pouco impacto tem havido como

resultado da participação das empresas de seguros no crédito à agricultura. As empresas de seguros são importantes no processo de crédito na medida em que, para se ter acesso ao crédito, é preciso que se tenha acesso ao seguro. A GAPI e a AMODER são exemplos de instituições financeiras que têm desempenhado um papel importante no crédito à agricultura, mormente na comercialização agrícola.

1.1.5 Investimento Directo Estrangeiro (IDE)

O país tem observado um considerável e crescente investimento directo estrangeiro, principalmente na exploração das areias pesadas, produção de ferro, geração de energia, transporte, agricultura e pesca. O investimento directo estrangeiro foi cerca de US\$ 382 milhões em 1999, que foi 15 vezes superior do valor investido nos anos 90.

Os maiores investidores em Moçambique provêm da África do Sul, França, Japão, Portugal e Maurícias. As grandes áreas de concentração do investimento directo estrangeiro foram as seguintes:

- Exploração da reserva do gás natural de Pande e Temane
- Construção dos 440 Km N4 da Estrada que liga a zona industrial da África do Sul com Maputo, o corredor de Maputo. Trata-se de um projecto que está a viabilizar as infra-estruturas: porto, caminhos de ferro e as estradas, uma vez facilitado o acesso da região de Mpumalanga na África do Sul até ao oceano índico (Maputo). A concessão por 30 anos à Trans-African Concessions teve um financiamento de US\$ 250 milhões providenciado por bancos sul africanos
- O investimento de US\$ 1.3 mil milhões de produção do alumínio da Mozal iniciou em 1998. Este projecto que está neste momento na sua segunda fase foi desenvolvido com um capital de US\$ 520 milhões. A parte do Governo Moçambicano é de US\$ 21 milhões. Os restantes US\$ 820 milhões foram disponibilizados pelo consórcio de bancos internacionais, o International Finance Corporation (IFC) e agências multilaterais
- Um consórcio ESKON, Electricidade de Moçambique (EDM) e o Board de electricidade da Suazilândia foi constituído para construir uma linha de 400 km da África do Sul até Maputo para fornecer energia à Mozal com 450 kv. O projecto foi avaliado em US\$ 120 milhões com uma quota de US\$ 32 milhões, sendo a diferença via crédito

Os Gráficos 1.1.5a e 1.1.5b mostram o nível de entrada de investimento directo estrangeiro no país do período 1998-2005 (Setembro), onde se pode observar que os anos de 2001/2002 – Gráfico 1.1.4a – foram anos de uma entrada maciça de recursos externos para o investimento na indústria e nos recursos minerais, ao passo que no Gráfico 1.1.4b pode-se observar que o sector da agro-indústria beneficiou de poucos investimentos em termos comparativos, revelando por um lado pouca atractividade ao sector, por ausência de elementos

complementares à realização de negócios agro-industriais ou as escolhas dos investidores para a rápida recuperação dos seus investimentos nos outros sectores.

Gráfico 1.1.5 Volume de Investimento Directo Estrangeiro (1998 – 2005)

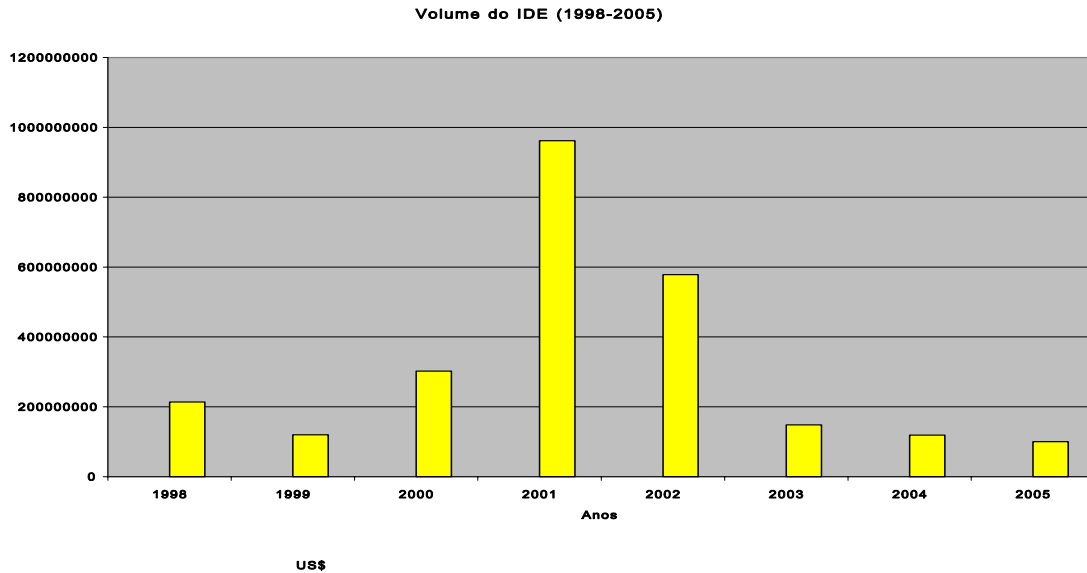
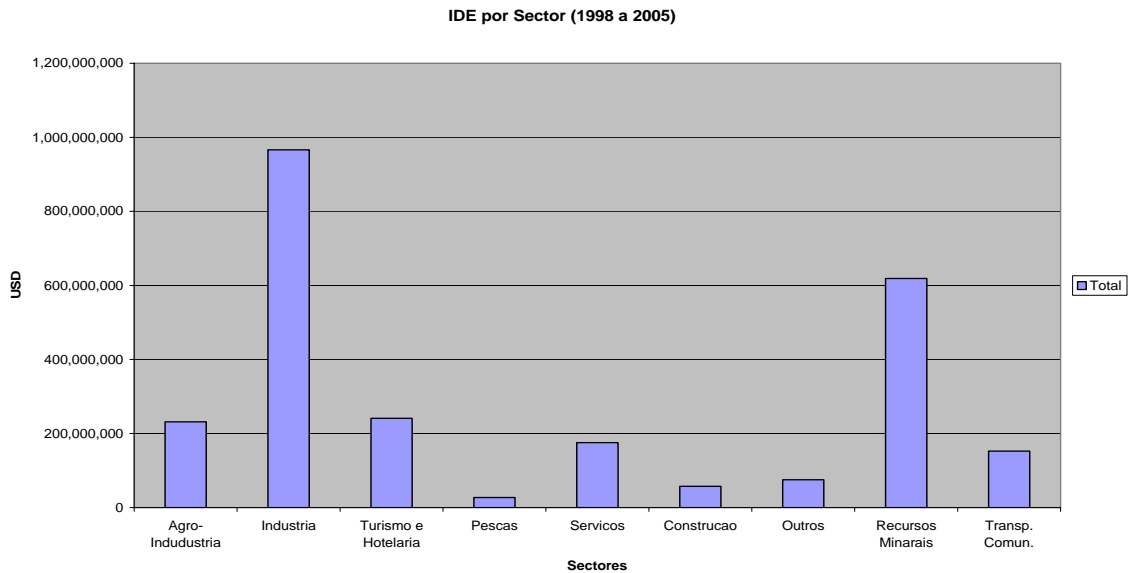


Gráfico 1.1.5b Investimento Directo Estrangeiro por Sector de Actividade



1.1.6 Pobreza, Contexto e Questões Sociais

Apesar de crescimento anual pós-conflito ter ultrapassado os 7 % em meados dos anos 90, e 9 % desde 1997, Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo, com um PIB per capita de US\$ 210. Em 1998, o primeiro Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (IAF) mostrou que, embora as condições tenham melhorado desde 1992, altura do fim da guerra e em que Moçambique era o país mais pobre do mundo, 69 % dos moçambicanos ainda viviam abaixo dum limiar da pobreza, na base do consumo mínimo de calorias.

Durante os últimos cinco anos, o crescimento global e o investimento na saúde, na educação e nas infra-estruturas viárias, parece ter melhorado a vida de alguns moçambicanos. Dos dados do segundo Inquérito, realizado em 2002 pode-se extrapolar a partir das variáveis do CWIQ e as simulações indicam que a pobreza ao nível do agregado familiar e o fosso de pobreza, caíram entre 1996-97 e 2000-01. A Tabela 1.1.6 mostra o progresso recente de indicadores seleccionados.

Tabela 1.1.6 Indicadores Seleccionados de Pobreza

Indicador	1996	2001
Crescimento efectivo do PIB	100	155
Produtividade agrícola efectiva	100	125
Imunização infantil	55%	82%
Taxa de mortalidade infantil (TMI)	146	129
Inscrição escolar bruta (EP1)	70%	104%
Tamanho médio do agregado familiar	4.8	4.4
Razão de dependência	55	44
Taxa nacional de alfabetização	40%	42%
Consultas pré-natais	59%	80%
Bens duráveis possuídos (bicicleta, rádio, etc.)	100	200
CWIQ (a) base 1996 = 100		

Fonte: INE e WB

Os indicadores de Moçambique relativos ao género estão abaixo das médias regionais. A taxa de mortalidade materna de 1.600 por 100.000 nascidos vivos, é elevada. A qualidade e o acesso aos cuidados sanitários - em particular aos serviços de saúde reprodutiva - são deficientes. Para, além disso, as taxas de alfabetização para as mulheres são muito mais baixas do que para os homens, sobretudo nas zonas rurais. Um em cada cinco agregados familiares é chefiado por uma mulher, e no caso típico estes agregados familiares tem menos mão-de-obra adulta, cultivam menos terra e tem menos probabilidade de possuírem uma actividade assalariada.

Embora as remessas de dinheiro provenientes de membros da família do sexo masculino

emigrantes tornem estes agregados familiares em média não menos prejudicados do que os agregados familiares chefiados por um homem, os agregados familiares sem remessas de dinheiro têm muitas dificuldades de sobreviver com a renda gerada pela produção agrária.

Os agregados familiares com adultos de sexo masculino a trabalharem em lugares distantes estão expostos a um risco maior de HIV/SIDA. A violência doméstica também constitui um problema, embora seja um problema escondido.

A integração de questões de género pelos sectores, é imprescindível para o melhoramento do bem-estar dos pobres e para o aumento da eficácia dos projectos. Actualmente o Governo está a implementar um Plano de Acção Pós-Beijing a nível nacional. Todavia, as discussões sobre questões de género tendem a focar as famílias chefiadas por uma mulher, a saúde materno-infantil e o sucesso académico. Repararam-se menos as causas da desigualdade entre os homens e as mulheres e as políticas para abordá-las (por exemplo melhorar o acesso pelas mulheres à terra, ao crédito e aos serviços de extensão).

Nos princípios de 2003, uma nova Lei da Família progressista, aprovada pelo Parlamento, abordou muitas questões pendentes (ela eliminou muitas formas de discriminação, reconheceu as sociedades conjugais de facto, e tornou mais fácil a adopção), mas ainda há um longo caminho por se percorrer para mudar as atitudes e comportamentos das pessoas.

Apesar de certos resultados encorajadores, a pobreza continua sendo profunda e talvez não tenha sido reduzida nas zonas rurais, onde vivem 70% dos moçambicanos. Acredita-se que os rendimentos rurais, per capita, sejam de cerca de US\$ 100 por ano, ou seja, metade da média nacional. Cerca de 59 por cento dos moçambicanos na zona Norte, que é mais rural, tem de caminhar durante uma hora para chegar a uma clínica sanitária (34 % no Sul, que é mais urbano); 72 % dos moçambicanos do meio rural são analfabetos (33 % no meio urbano); apenas uma em cada três pessoas do meio rural, tem acesso a uma fonte protegida de água e apenas uma só em quarenta tem energia eléctrica (em comparação com um em quatro de residentes urbanos). A maior parte dos agricultores moçambicanos vive na base de menos de três hectares de terra, e apenas cerca de um em cada dez consegue vender produtos excedentários.

Em Abril de 2001, o Conselho de Ministros aprovou o Plano de Acção de Redução da Pobreza (PARPA) para 2001 a 2005, e em Agosto de 2001 as Directorias Executivas do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), endossaram-no na sua qualidade do primeiro plano PRSP/PARPA de Moçambique. A estratégia de acção pública do PARPA realça o crescimento económico, o investimento público em capital humano e infra-estruturas produtivas e a reforma institucional, para melhorar o ambiente para o investimento privado. Prevê-se que o crescimento provenha de grandes projectos de capital intensivo, financiados por capital estrangeiro privado; da produtividade e ganhos de valor acrescentado na agricultura e na manufactura; e duma expansão geral no comércio interno, transporte e serviços.

Para implementar esta estratégia em conformidade com o seu diagnóstico da pobreza, o

PARPA identifica seis áreas prioritárias para a acção: saúde, educação, infra-estruturas, agricultura e desenvolvimento rural, governação, e políticas macro-económicas e financeiras. O PARPA também identifica medidas praticáveis dentro de cada área prioritária, e fixa metas e marcos numa matriz operacional.

1.1.7 Estrutura dos Sectores Produtivos da Economia Nacional

A economia moçambicana é dominada por três Sectores, nomeadamente o sector de Serviços que compreende o comércio, serviços de reparação, restaurantes, hotéis, transportes e comunicações, finanças e serviços do governo; o sector Agrário e o sector da Indústria. O FMI estimava em 2004 que os três Sectores contribuem para o PIB nacional em 98 por cento. Com base nos dados do FMI de Setembro 2005, a contribuição do sector industrial no PIB em 2004 situou-se em 27.3 por cento, enquanto a construção e o sector manufactureiro foi 9.6 por cento e 14 por cento respectivamente.

A indústria manufactureira cresceu aproximadamente 13 por cento, como resultado da elevação da capacidade de produção da fase II da Mozal na segunda metade de 2003. No período em revista houve uma considerável contribuição da indústria mineira seguida da entrada em funcionamento da fábrica de processamento de gás em Temane em Fevereiro de 2004. O dinamismo dos operadores de telefonia móvel e a entrada em funcionamento de uma nova companhia de transportes aéreos foram os grandes contributos no crescimento do sector de transportes e comunicações.

No geral, o padrão de crescimento económico é positivo mas instável, concentrado e de base restrita com uma forte influencia dos serviços, mas serviços principalmente urbanos e com poucas ligações com a economia rural. Isso não é o mais adequado para reduzir a pobreza, diversificar a base produtiva, fortalecer as ligações económicas internas e, neste processo, gerar sustentabilidade e equidade económica e social.

Ao mesmo tempo, a balança de pagamentos de Moçambique sofre de défices comercial e global que são insustentáveis e maiores que as exportações de bens. Em segundo lugar, os défices parecem estar fortemente relacionados com o investimento, no sentido que a expansão do investimento e da economia resulta no aumento destes défices.

Este padrão, em que o aumento de investimento resulta no agravamento da balança de pagamentos é derivado fundamentalmente da estrutura da base produtiva, que é concentrada no semi-processamento de produtos primários para exportação, cujos termos de troca tendem a deteriorar-se e são voláteis, ou no processamento final de bens de consumo dependentes de importações.

Uma análise mais detalhada da base produtiva agrária revela a predominância da produção de culturas alimentares básicas no sector agrário, que chega a atingir 90% da produção total agrícola, e que tem sido relativamente estável nas últimas três décadas. Na estrutura de exportações, existe uma forte dependência de produtos primários não processados ou semi-processados como o caju não

processado, algodão, tabaco, açúcar, madeira não processada e copra.

Os padrões actuais e futuros de crescimento e desenvolvimento são construídos e reflectidos nos padrões de investimento na economia e no sector agrário. Uma análise dos padrões de investimento revela que, tanto ao nível da economia no seu geral como ao nível do sector agrário, o investimento feito tende a ser altamente concentrado num número limitado de grandes projectos, províncias e sectores, e em torno de projectos financiados com investimento directo estrangeiro, e empréstimos externos ou ajuda internacional.

As estatísticas oficiais apontam para a persistência de um nível muito baixo ou, mesmo, negativo de poupança na economia, o que contribui para explicar a relação positiva e forte entre investimento e fluxos externos de capital. Parte do dinheiro que existe no sistema financeiro doméstico é canalizado para o sector agrário (entre 22% e 23%). Todavia, fora do investimento associado com capital internacional de relevo, concentrado em grandes projectos, o sector agrário enfrenta dificuldades em obter financiamento para impulsionar o seu desenvolvimento. Estas dificuldades são associadas com:

1. Constrangimentos no acesso a fontes de financiamento, incluindo exigências de garantias ou níveis de participação elevados, e problemas com a ligação entre o sistema financeiro doméstico, que é concentrado nas zonas urbanas, e o sector agrário
2. Uma taxa de juro que é alta e que não viabiliza empreendimentos com altos custos iniciais e taxa de recuperação lenta, que é típico de investimentos agrários e agro-industriais.

O investimento feito no sector agrário parece ter uma ligação bastante forte com a existência de infra-estrutura, a coordenação de investimentos pelo Estado e estratégias corporativas regionais de empresas multinacionais, em vez de uma ligação forte com potencialidades agro-ecológicas.

1.1.8 Contexto Internacional do Desenvolvimento do Sector Agrário

O contexto internacional em que o desenvolvimento do sector agrário de Moçambique se insere é caracterizado por vários elementos:

- O mercado internacional favorece produtos “dinâmicos”, associados à aplicação de altos níveis tecnológicos, altas taxas de crescimento da produtividade, rápida liberalização e ligados a estratégias de multinacionais, penalizando outros produtos sem essas características através de baixas taxas de crescimento de exportações.
- A estrutura do mercado internacional evidencia um aumento na concentração de compradores ao nível internacional que, em conjunto com a eliminação dos Marketing Boards, tornou os produtores agrários em diferentes países mais débeis e desprotegidos.
- Preços para produtos primários não processados ou semi-processados apresentam tendências marcadamente decrescentes, com alta volatilidade, e tendências piores para alguns dos

produtos chaves para Moçambique (tabaco, chá e algodão). Todavia, os preços de alguns produtos mostram tendências estáveis ou mesmo crescentes, o que representa uma oportunidade de aproveitar momentos positivos no ciclo de preços.

- Os produtos que enfrentam preços problemáticos tendem a ser caracterizados por:
 1. Baixa diferenciação entre os produtos e alta possibilidade de substituição
 2. Baixa elasticidade de procura em relação ao rendimento
 3. Alto grau de concentração dos compradores na cadeia de produção e valor internacional.
 4. Persistência de sistemas de protecção ou subsídios.
- O mercado observa a redução de algumas barreiras comerciais para produtos agrários com perspectiva de obter maior redução com a nova ronda das negociações internacionais. Todavia, outro tipo de barreiras persistem, nomeadamente, barreiras não tarifárias como regulamentos fitossanitários, e os subsídios conferidos aos produtores locais pelos governos nos países mais desenvolvidos.

Através do Protocolo Comercial da SADC, Moçambique está inserido num processo de integração regional que não pode ser evitado e que oferece oportunidades de acesso a mercados e recursos para o desenvolvimento agrário, pelo que o SADC pode funcionar como trampolim para a integração do País na economia global.

De momento, entre os países da SADC, não existem um proveito igual das oportunidades do Protocolo Comercial, dada a dominância da economia da África do Sul, e SACU em geral, que dominam as exportações para a SADC sem importar na mesma proporção. Todavia, as exportações da SACU para a SADC estão perto do nível máximo atingível, enquanto existe muito potencial para substituir os produtos importados pela SACU de fora da SADC. Esta oportunidade é reforçada pela queda das exportações do Zimbabwe para a SADC provocada pela crise económica.

Moçambique está bem posicionado para tirar proveito destas oportunidades. Todavia, o potencial para aumentar exportações para o resto da SADC é limitado pela semelhança nas estruturas produtivas dos países fora da África do Sul, o que significa que o potencial para comércio inter-sectorial tem constrangimentos aos quais devem ser observados e melhor equacionados para a sua superação.

1.2 O Sector Agrário de Moçambique

1.2.1 População na Agricultura

A posição geográfica de Moçambique é bastante favorável à agricultura, ocupando 70 por cento da população (IAF, 1996-1997). Os dados recentes (INE, 2003) mostram que o número das pessoas envolvidas na agricultura e pecuária são cerca de 10 milhões, que representa 53 por cento da população total de Moçambique. A distribuição por regiões do país mostra que mais de metade dessa população concentra-se nas zonas Centro e Norte (Tabela 1. 2.1).

Tabela 1.2.1 População por Província

Região	Província	População	Urbana	Rural	Urbana	Total
		(Habitantes)			%	%
Norte	Niassa	999,332	230,005	769,327	23.0	5.1
	Cabo Delgado	1,617,165	272,457	1,344,708	16.8	8.3
	Nampula	3,676,003	919,001	2,757,002	25.0	18.9
Centro	Zambézia	3,710,011	500,313	3,209,698	13.5	19.1
	Tete	1,511,832	223,144	1,288,688	14.8	7.8
	Manica	1,320,232	371,400	948,832	28.1	6.8
	Sofala	1,637,821	675,966	961,855	41.3	8.4
Sul	Inhambane	1,381,023	270,548	1,110,475	19.6	7.1
	Gaza	1,304,798	321,899	982,899	24.7	6.7
	Maputo	1,044,946	656,008	388,938	62.8	5.4
	Maputo City	1,216,873	1,216,873	0	100.0	6.3
	Total	19,420,036	5,657,614	13,762,422	-	100

Fonte: INE 2005 - Notas: o nº rural e urbano obtem-se usando os dados do censo populacional de 1997 e estimá-los para 2005.

1.2.2 Taxa de Crescimento e Contribuição no PIB

Em 2004, a ocorrência de chuvas normais, bem como as medidas adaptadas pelo governo e seus parceiros, no que se refere à provisão de semente, permitiram que fossem alcançados altos níveis de produção de cereais no que se refere aos índices de produtividade e de áreas cultivadas. O crescimento global da produção foi de 9 por cento, determinado pela agricultura comercial que cresceu (10.5 por cento), enquanto a dos pequenos produtores (8.8 por cento). Na produção dos pequenos produtores, especial referencia para a produção comercial que cresceu 12 por cento, enquanto a produção destinada ao mercado cresceu 6.9 por cento. A Tabela 1.2.2a apresenta as taxas de crescimento de 2002 a 2004.

Tabela 1.2.2a - Produção Agrária – Taxas de Crescimento (Percentagem), 2002-2004

	2002	2003	2004
Industrial	57.2	109.3	10.5
Pequenos Produtores	5.2	3.4	8.8
Comercializada	9.5	4.3	12.1
Auto-Consumo	2.9	2.8	6.9
Total	7.3	9.8	9.0

Fonte: BdM, 2005

Moçambique é um país essencialmente agrícola e o sector em 2004 contribuiu em 23.4 por cento no PIB e essa contribuição tem se observado decrescente desde 1996, quando o sector contribuía com 30.5 por cento no PIB (FMI, Julho 2002; Setembro 2005). A Tabela 1.2.2b apresenta a contribuição do sector agrário no PIB desde 1999 até 2004, bem como a variação anual em percentagem.

Tabela 1.2.2b Contribuição da Agricultura no PIB (1999-2004)

Contribuição	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Biliões de Meticais	13,231	12,322	15,463	20,120	22,235	32,106
Em % do PIB total	25.5	21.1	20.2	20.8	19.5	23.4
Variação Anual (%)	6.5	(10.8)	13.0	8.5	7.2	7.1

Fonte: FMI, 2005

1.2.3 Ponto de Situação dos Sectores Dentro das Componentes

A. Serviços Agrários

A.1 Produção Agrícola

A produção agrária é gerada por dois sectores essenciais, nomeadamente dos pequenos produtores e do sector comercial agrário. Por um lado o sector dos pequenos produtores tem características heterogêneas com diferentes sistemas produtivos, a prática de uma agricultura de sequeiro dependente da chuva, o uso de técnicas elementares com baixo nível de aplicação de insumos, e o uso da mão-de-obra familiar, em alguns casos com a contratação de mão-de-obra paga em espécie ou em dinheiro de acordo com as necessidades e oportunidades de mercado da produção final. Trata-se do sector mais envolvido na produção de bens alimentares numa ordem de aproximadamente 99.7 por cento de machambas sob produção e explora 97 por cento da área total agricultável.

Por outro lado o sector comercial está mais envolvido na produção de produtos de renda, com apenas 0.01 por cento do total de machambas em produção e explora 2 por cento da área em cultivo. Apesar de ser um sector de capital intensivo, algumas das culturas de renda, grande parte da produção é garantida pelo sector dos pequenos produtores em regime de cultivo sob contrato.

Do total da produção alimentar, o milho ocupa o primeiro plano em termos de total de produtores (79 por cento) e em termos de área cultivada (35 por cento). A mandioca ocupa o segundo lugar apesar do seu baixo valor comercial, mas como grande substituto alimentar do milho, especialmente nas regiões norte e sul (INE, 2003), seguido do amendoim e feijões que têm alto valor comercial, cuja produção está espalhada pelo país. A produção do arroz, que é basicamente consumida nas zonas urbanas está longe de satisfazer as necessidades de consumo nacional, sendo que grandes quantidades são importadas pelos comerciantes formais.

Em 2004 a produção alimentar teve um crescimento de 6 por cento (BdM, 2005), determinado pela boa colheita de milho (16.1 por cento), amendoim descascado (19.6 por cento), horticultura (10.5 por cento), feijões (7.1 por cento) e mapira (5.1 por cento).

Nas culturas de renda, o algodão representou a mais importante cultura em termos de área lavrada. Os dados do CAP (1999-2000) indicam que 60.4 por cento do total da área utilizada para culturas de rendimento tinha algodão, seguida da cana do açúcar (16.3 por cento) e tabaco (12.3 por cento).

A importância destas culturas para a economia nacional pode ser observada em termos da sua contribuição nas exportações. Assim, em 2004 a produção agrícola contribuiu da seguinte forma: (i) o tabaco ficou na quinta posição no total das exportações do País (INE, 2004), tendo gerado 41 milhões de dólares ao País (2.7 por cento do total das exportações); (ii) açúcar na sexta posição com 33 milhões de dólares (2.2 por cento); (iii) frutas no oitavo lugar com 27 milhões de dólares (1.8 por cento), e (iv) algodão em nono lugar com 25 milhões de dólares (1.7 por cento).

As exportações que suplantaram a produção agrícola foram: alumínio (915 milhões), combustíveis minerais (161 milhões), peixe e outros invertebrados aquáticos (105 milhões), e máquinas mecânicas (58 milhões).

No global, a produção de culturas de exportação cresceu 10.5 por cento em 2004 (BdM, 2005), revertendo a posição negativa atingida em 2003. Este crescimento foi determinado pelo aumento de produção do algodão (69.9 por cento), citrinos (1.6 por cento) e folha de chá (19.2 por cento), enquanto a castanha de caju, copra e açúcar decresceram em 33 por cento, 3.1 por cento, e 3.3 por cento, respectivamente, em comparação com 2003. A produção da folha do tabaco, matéria-prima para a produção final cresceu 68.3 por cento, correspondente a 4.8 percentuais de decréscimo em comparação com 2003.

A.2 Pecuária

Após a drástica redução devida aos efeitos directos e indirectos da guerra, os efectivos pecuários em Moçambique têm vindo a crescer gradualmente nos últimos dez anos. Apoios foram disponibilizados nos últimos anos pelo Governo e por diversos parceiros de cooperação, e canalizados maioritariamente através de Organizações Não Governamentais (ONGs), para um programa de repovoamento de caprinos e bovinos. Porém, apesar deste esforço, a pecuária moçambicana do sector comercial emergente encontra-se ainda numa fase de recuperação e consolidação.

Na Tabela 1.2.3.A.2a estão apresentados os efectivos das espécies pecuárias, o número relativo de explorações que as possuem, o número média de animais por tipo de exploração, e a distribuição dos animais por tipo de exploração com base nos dados do último censo agro pecuário realizado no país (CAP 1999-2000). De realçar que no que toca aos efectivos de bovinos, dados colhidos posteriormente ao Censo Agropecuário 99-00 indicam um crescimento assinalável da manada nacional tendo atingido a cifra de cerca de um milhão de cabeças.

Tabela 1.2.3 A.2a Efectivos Animais, Número e Média de Animais por Exploração e Distribuição por Tipo de Exploração

Espécie	Número de Animais	Número de Explorações (% do Total)	Número Médio de Animais por Exploração		Distribuição por Tipo de Exploração (por cento)	
			Pequenas e Médias	Grandes	Pequenas e Médias	Grandes
Bovinos	722,199	4,4	4,8	235,1	88,9	11,0
Caprinos	5,046,637	27,8	5,9	56,9	99,7	0,3
Ovinos	174,096	1,1	4,8	44,2	95,6	4,4
Suínos	2,397,493	197	40	337	998	2
Asininos	21,083	3	20	59	994	6
Galinhas	23,587,438	698	107	3.725,9	966	34
Patos	4,131,711	218	62	745	997	3
Coelhos	539,823	29	61	505	996	4

Fonte: Censo Agro-Pecuário, 1999-2000

A galinha é a espécie mais criada e mais largamente distribuída ao nível de todo o território, cobrindo 70 por cento das explorações existentes. As pequenas explorações familiares rurais criam em média 11 galinhas cada, e as explorações comerciais peri-urbanas mais de 3,5 mil aves.

Os caprinos estão concentrados quase exclusivamente nas pequenas criações familiares, as quais possuem em média 6 animais cada, estando esta espécie presente em 28 por cento do total das explorações agro-pecuárias. Metade do efectivo nacional de caprinos localiza-se nas Províncias de Tete, Manica e Nampula.

Os suínos são criados em 20 por cento das explorações agro-pecuárias do país, e predominantemente nas pequenas, com uma média de 4 animais cada. O reduzido efectivo comercial reflecte a significativa diminuição sofrida em resultado da peste suína africana. Mais de metade do efectivo desta espécie está concentrado nas províncias de Nampula, Zambézia e Inhambane.

A criação de bovinos está presente em apenas 4 por cento das explorações agro-pecuárias, possuindo as pequenas explorações 89 por cento da manada nacional. Destas, mais de metade possui menos de 5 cabeças e em cerca de 84 por cento existem menos de 10 bovinos. As províncias de Tete, Gaza, Manica, Inhambane e Maputo detêm 89 por cento do efectivo nacional.

A Tabela 1.2.3.A.2b mostra a distribuição geográfica das espécies mais importantes. É relevante assinalar que, apesar de criarem poucos animais de cada espécie, as pequenas e médias explorações são largamente dominantes, detendo para todas as espécies com excepção dos bovinos, mais de 95 por cento do efectivo nacional.

Tabela 1.2.3.A.2b Distribuição Geográfica das Espécies Pecuárias

Província	Porcentagem Sobre o Total do Efectivo				
	Galinhas	Caprinos	Ovinos	Suínos	Bovinos
Niassa	37	34	172	9	8
Cabo Delgado	66	83	85	101	13
Nampula	228	152	203	250	38
Zambézia	178	61	62	203	22
Tete	79	186	95	119	271
Manica	142	150	80	72	164
Sofala	75	113	26	59	28
Inhambane	87	116	25	132	145
Gaza	65	76	176	46	247
Maputo	43	29	76	9	64

Fonte: Censo Agro-Pecuário, 1999-2000

Em termos de comercialização, o país depende largamente do mercado exterior para o

abastecimento de carne aos principais centros urbanos, importando de países vizinhos mais de 40 por cento do total consumido (Tabela 1.2.3.A.2c). Em relação á carne de bovino, regista-se nos últimos três anos uma crescente oferta nacional e conseqüente redução das importações, como resultado do crescimento dos efectivos e do impacto dos programas de fomento. Com excepção da carne de frango, para cuja oferta contribui quase exclusivamente a avicultura industrial peri-urbana, a carne de produção nacional das restantes espécies, comercializada nos circuitos oficiais, provém predominantemente das pequenas explorações familiares.

Tabela 1.2.3.A.2c Consumo e Origem da Carne Comercializada em 2004

Carne	Importação	Produção Nacional		Sector Familiar		Sector Comercial	
		Toneladas	Porcentagem	Toneladas	Porcentagem	Toneladas	Porcentagem
Bovino	4.486,6	5.375,4	77.9	22.1			
Pequenos	190	5878	95.1	4.9			
Suíno	2639	7097	68.5	31.5			
Sub-total	4.769,5	6.672,9	76.4	23.6			
Frango	3.089,8	4.156,1	28.8	71.2			
Total	7.859,4	10.829	58.2	41.8			
Percentagem do total consumido	42.1	57.9					

Fonte: Relatório Anual, DINAP, 2004

Apenas 12 por cento do leite e derivados consumidos nos principais centros urbanos é de produção nacional, provindo o leite fresco exclusivamente de explorações comerciais. Não existe informação sistematizada nem oficial sobre o consumo de leite nas zonas rurais. Um inquérito abrangendo pequenos criadores familiares de todo o País, efectuado no âmbito da preparação do presente documento, mostra que 23 por cento dos criadores inquiridos consomem leite de vaca e cabra.

Os ovos consumidos nos centros urbanos principais provêm quase exclusivamente da importação de países vizinhos. A produção nacional registada é diminuta, correspondendo a cerca de 5 por cento do total que se conhece ser consumido nos circuitos formais de comercialização. Esta produção provém do sistema intensivo peri-urbano. Nas zonas rurais, embora não exista informação sistematizada sobre o consumo de ovos, dados recolhidos pelo inquérito atrás referido mostram que apenas 20 por cento das famílias inquiridas consome uma parte dos ovos que produz, e que nas restantes os ovos são usados na totalidade para incubação

A contribuição da pecuária para a economia nacional é incipiente, com cerca de 10 por cento para a produção agrária total e de 1,7 por cento para o PIB em 2001. Contudo, importa referir que o valor da tracção animal, bem como o da produção consumida e

comercializada em circuitos informais nas zonas rurais não está calculado, presumindo-se que sejam substancialmente superiores ao valor do produto comercializado no mercado formal.

O crescimento da população moçambicana e dos índices de urbanização têm feito aumentar a procura de produtos de origem animal nos principais centros consumidores. A reduzida oferta interna obriga o país a depender largamente das importações (42 por cento carne, 87 por cento leite e 95 por cento ovos) para cobrir as necessidades de consumo destes produtos. Devido a reduzida ou inexistente produção nacional, insumos para a produção pecuária como rações, concentrados, medicamentos, drogas, vacinas, instrumentos veterinários e outros equipamentos são também importados.

O sector comercial, pouco desenvolvido tecnologicamente, sofreu grandes transformações e um severo declínio ao longo das últimas três décadas e tem hoje um impacto muito menor no abastecimento do mercado do que tinha antes. O sector familiar, não obstante as estratégias de acumulação que segue, tem capacidade de aumentar a sua participação no abastecimento do mercado, se existirem efectivas acções de suporte ao desenvolvimento da economia rural. Uma indústria pecuária nacional mais desenvolvida será um factor dinamizador da produção e contribuirá para a substituição das importações.

Com a execução do Protocolo Comercial da SADC, que prevê a integração dos mercados da região, o estabelecimento de um mercado comum e a promoção do investimento, serão removidas barreiras tarifárias e outras não tarifárias para a maioria dos produtos, incluindo os pecuários. Os produtores comerciais nacionais estarão sujeitos a uma competição ainda maior proveniente de indústrias mais desenvolvidas e mais avançadas tecnologicamente. Este desafio deve ser traduzido num encorajamento para o sector comercial aproveitar as vantagens comparativas da sua proximidade de países com maior desenvolvimento pecuário, fazer avanços tecnológicos, e aumentar a sua capacidade competitiva, em termos de eficiência e qualidade dos seus produtos.

O desenvolvimento equilibrado e acelerado do sub-sector exige, assim, a criação de um ambiente favorável para que todos os tipos de produtores aumentem a sua contribuição para a satisfação das crescentes necessidades do mercado, e para o crescimento da economia nacional.

A.3 Irrigação

O Inventário Nacional de Regadios concluído em 2003, revelou que a área total equipada no País é de cerca de 118,000 ha, dos quais dois terços estão localizados no Sul do País. Presentemente cerca de 40,000 ha são utilizados. A sua distribuição é a seguinte:

Tabela 1.2.3.A.3 Estado Geral dos Regadios

Classe	Área Equipada	Área Utilizada		Área por Reabilitar
	Área (Ha)	Área (Ha)	(%)	Área (Ha)
< 50 ha	6.389	3.276	51%	3.113
50 – 500 ha	19.647	4.680	24%	14.967
> 500 ha	92.084	32.107	35%	59.977
	118.120	40.063	34%	78.080

Dos 40,000 ha utilizados, 23,500 ha (cerca de 60%) estão sendo explorados por unidades de produção de cana de açúcar. A área remanescente de 16,500 ha esta dividida em :

- 3,276 ha de esquemas de irrigação de pequena escala dos quais cerca de 2,500 ha (75%) encontram-se situados na Província de Maputo
- 4,680 ha de esquemas de média escala, dos quais pouco mais do 50% estão localizados nas Províncias de Maputo e Gaza
- A volta de 8,550 ha de esquemas de grande escala, na sua maior parte maior localizada na Província de Gaza (Chókwé),

A distribuição geral destas terras irrigadas é de 75% nas províncias de Maputo e Gaza, 22% em Sofala e Zambézia, e apenas 3% nas restantes províncias. As principais culturas irrigadas são: cana de açúcar (67%), hortaliças (20%), arroz (12%) tabaco (1%) e citrinos (<1%), com uma baixa intensidade de cultivo (1,1-1,2 cultura/ano). O fluxo actual de investimentos na agricultura vai maioritariamente para a produção irrigada de cana de açúcar.

Considerando os pequenos regadios reabilitados nos últimos anos pode-se dizer que há no país cerca de 75000 Ha de regadios por reabilitar, e cuja infra-estrutura vai se deteriorando de ano para ano.

B. Terras e Florestas e Fauna Bravia

B.1 Terras

Moçambique usufrui condições naturais excepcionais assentes na diversificação da base natural de recursos e na sua posição geográfica, que lhe dá acesso quer por mar quer por terra, aos mercados regionais e internacionais. Contudo, o aproveitamento destas vantagens, está condicionado a outros factores exógenos ao sector agrário, como insuficientes vias de comunicação, deficientes rede de comercialização, transportes, infra-estruturas e serviços

essenciais de apoio à produção agrária.

A base natural de Moçambique é, grosso modo, constituída por:

- 36 milhões de Ha de terra arável, com aproximadamente 6.9 milhões de explorações agrícolas.
- O total da área sob cultivo é estimado em 3.9 milhões de Ha, com uma média de 1.26 Ha por exploração agrícola (CAP, 1999-2000).
- 96.9 por cento da área ocupada não possui título de uso e aproveitamento da terra.
- Dos 36 milhões de explorações agrícolas, apenas 115 mil estão em zonas com sistemas de irrigação (4 por cento do total de explorações agrícolas), o que significa que a agricultura em Moçambique é no geral feita em regime de sequeiro, dependente da chuva.
- Das 115 mil explorações agrícolas localizadas nos sistemas de irrigação, apenas 3 por cento da área total está em uso.
- 46,4 milhões de Ha de formações florestais, dos quais 20 milhões são florestas produtivas e 8,8 milhões constituem parques nacionais e áreas de reservas de fauna bravia.
- 22 milhões de metros cúbicos de madeira de pé, com potencial para sustentar uma exploração de cerca de 500.000 m³ de madeira por ano.
- A área cultivada per capita estima-se entre 0.6 ha a 1.1 ha por Agregado Familiar (AF), se consideramos um lote adicional de pousio teremos uma média de 2.0 Ha por AF, sendo a área cultivada por ano de 0.3 Ha média². Considerando a área média disponível o AF aproveita anualmente apenas um terço ($\frac{1}{3}$) da área disponível, cultivando produtos de rendimento e alimentares.

Em geral a população não sente a falta da terra, e nas várias entrevistas e estudos levados a cabo sobre a terra, a população afirma que: “não temos força para cultivar a terra que possuímos e deste modo não podemos produzir mais, porque durante o ano agrícola acontecem doenças e temos que fazer sachas várias vezes e não conseguimos...”.

As famílias rurais continuam a cultivar a terra onde sempre se localizaram, que na

-
2. Elementos para uma abordagem do sistema agrícola familiar na província de Nampula – Moçambique – Venetsanou, E. *at al.*

maioria são terras marginais. A nova lei de terra, apesar de no seu “corpus” filosófico defender o sector camponês, não encontra sustento jurídico adaptado à realidade nacional.

Entre outras palavras, o quadro jurídico nacional não é compatível com o actual sistema de reformas económicas. O que ficou aprovado pelo Parlamento Moçambicano foi uma plataforma de entendimento entre as várias correntes, em que uns defendiam a total privatização da terra e outra a sua manutenção nas mãos do Estado. Essa plataforma defende que a terra é propriedade do Estado, mas não cria garantias para o investimento e permite que o sector familiar tenha acesso à terra ao abrigo das terras comunitárias³. Em termos de perspectiva de médio/longo prazos, parece-nos que o camponês tenderá a permanecer nas terras marginais se uma reforma agrária mais ampla não fôr empreendida. A procura da terra no país pelos grandes investidores estrangeiros, apesar de se verificar com um certo receio, tem expressão significativa, sobretudo para as melhores terras um pouco por todo o território nacional.

B.2 Florestas e Fauna Bravia

De acordo com os dados do inventário florestal nacional (INF) levado a cabo em 1994, cerca de 78 por cento do país é coberto de vegetação natural. Destes, aproximadamente 48 milhões de Ha (60 por cento do país) têm bom potencial de manejo de florestas e fauna bravia, e cerca de 19 milhões de Ha (39,6 por cento de florestas) podem ser classificados como valiosos para produção de madeiras. Dos 19 milhões de Ha, 12 milhões têm potencial para ser usado como concessão de exploração comercial, dos quais apenas 3.46 milhões têm até agora sido alocados ou pedidos para o efeito.

Moçambique conta ainda com 10 milhões de ha (12.6 por cento do país) classificados como áreas protegidas, incluindo parques nacionais, reservas de caça, reservas florestais e coutadas, apresentando considerável potencial para turismo e desenvolvimento de actividade caça.

O desempenho do sector florestal e faunístico (SFF) na produção nacional, tem uma influência directa no PIB do País. De facto, baseado num número de estudos levados a cabo recentemente, pode-se afirmar que o potencial do sector florestal contribui consideravelmente para a redução da pobreza absoluta quer directamente ou indirectamente. A importância do SFF para a população nacional pode ser sumariada como se segue:

- Aproximadamente 180.000 m³ de Madeira são extraídos anualmente em Moçambique para propósitos comerciais. Contudo, estes níveis de exploração continuam abaixo dos

3. Negrão, J. – Terra e Desenvolvimento Rural em Moçambique

níveis de extracção sustentável que segundo os dados do inventário nacional se situam em cerca de 500.000 m³ quando explorados de forma racional e controlada. A indústria nacional está actualmente a fazer uso de apenas 10 das 100 espécies comercialmente exploráveis. Isto indica um considerável potencial virgem/intacto em termos de geração de receitas e emprego nas áreas rurais;

- 80 % da população depende de lenha e carvão como fonte de energia doméstica. O consumo anual desta energia é estimado em 16 milhões m³ o equivalente a cerca de US\$ 706 milhões anualmente (que não está incluída no PIB);
- Estima-se que 30 por cento das proteínas animais em áreas rurais é proveniente da fauna bravia. O sistema de produção dos pequenos agricultores inclui a colheita de produtos da floresta durante a época de escassez alimentar. Esta colheita efectuada para o sustento da família não representa perigo para a conservação do recurso quando feita com o devido acompanhamento pelos serviços de tutela
- Presentemente não existem números exactos de desflorestação, mas alguns estudos levados a cabo nos distritos que fornecem lenha e carvão a Maputo indicam que a desflorestação nestas áreas pode ter atingido 5.7 por cento entre 1990 e 1997. Actualmente, as áreas plantadas, foram reduzidas quase a metade, apenas 15.000 ha, comparando com a situação de alguns anos atrás. Estima-se que Moçambique devido à sua localização geográfica, condições climáticas e relativamente boa disponibilidade de terra, pode tornar-se um importante produtor de fibra para a indústria florestal internacional. As actividades de reflorestamento que estão sendo desenvolvidas actualmente são em pequena escala e estão mais viradas para áreas comunitárias e não para fins comerciais. As plantações florestais estão em expansão no país. Estas exigem trabalho intensivo e poderão prover um número considerável de emprego rural contribuindo assim para o alívio à pobreza absoluta. A indústria florestal actualmente emprega cerca de 10.000 trabalhadores incluindo os do meio rural
- O sector florestal tem também impacto indirecto na economia rural através de produção de bens de subsistência, através de provisão de variedades de material prima de pequena escala para a industria rural e através de provisão de importantes insumos agrícolas e produção. Estes benefícios não são captados na contas nacionais mas podem ser importantes para as comunidades rurais como base de emprego sazonal e receita suplementar da agricultura
- Os produtos florestais não madeiros são importantes para as famílias rurais com maior ênfase à mulher rural, para subsistência e geração de rendimentos. Com o fim da guerra, a produção melífera ganhou uma outra dinâmica, devido ao surgimento de pequenas associações, principalmente nas províncias de Manica e Sofala, e também ao uso de colmeias modernas e de transição. A produção média anual estimou-se em cerca de 6.720 toneladas. Também tem sido registado um crescimento considerável no processamento de outros produtos florestais não madeiros tomando-se como exemplos

o processamento de mussiro e a secagem de cogumelos na reserva de Matibane, província de Nampula

- A floresta tem também importantes funções ambientais por contribuir na protecção contra desastres naturais tais como cheias, no ciclo de nutrientes (fertilização do solo), protecção de bacias hidrográficas e conservação de solos mantendo a produtividade agrícola

C. Investigação

Em termos de investigação agrária, Moçambique conta actualmente com o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), que agrega sob o ponto de vista institucional, todos os anteriores institutos de investigação sectorial, nomeadamente o Instituto de Investigação Agronómica (INIA), o Instituto de Investigação Veterinária (INIVE) e o Instituto de Produção Animal (IPA). No processo de transformação do IIAM os Departamentos de Agricultura e Sistemas de Produção (DASP), o Departamento de Terra e Água (DTA) e o Departamento de Botânica, deixaram de existir passando agora a integrar os departamentos de agricultura e de recursos naturais com o mandato dos anteriores. Ao todo, o sistema de investigação pública em Moçambique conta com um total de 111 técnicos superiores, 85 (ou 77%) dos quais estão na gestão do sistema, ou em Maputo ou nos Centros Agronómicos de Nampula e Sussundenga, no norte e centro de Moçambique, respectivamente.

D. Extensão

Os serviços públicos de Extensão Agrária, até finais de 2005 cobriam 84 distritos dos quais 69 redes⁴ e 15 linhas⁵ de extensão em todas as províncias, com um efectivo de 681 técnicos de campo, sendo 586 extensionistas, 46 supervisores de rede, 49 supervisores de equipa.

A extensão pública tem assistência directa de cerca de 177.000 produtores, sendo 157.000 pelos SPER's e 20.000 em regime de "outsourcing" provinciais (Nampula e Zambezia), o que significa uma cobertura média por extensionista de cerca de 230 produtores. O principal grupo alvo dos serviços públicos de extensão é o sector familiar, contudo também assiste aos produtores médios emergentes em actividades específicas e relevantes.

E. Recursos Humanos

4 Redes de extensão são unidades executivas dos serviços de extensão, constituídas por 1 a 3 equipas de 8 extensionistas assistidos por um supervisor.

5 Em locais onde não existem redes de extensão são afectos alguns técnicos treinados para assistirem os produtores

O pessoal total do Ministério em 31 de Dezembro de 2005 era de 6.355, conforme se apresenta na Tabela 1.2.3E, sendo que a maior parte do pessoal está afecto às DPAs.

Tabela 1.2.3.E Distribuição do Pessoal por Órgão/Instituição do MINAG

Órgãos e Instituições	Ano de 2005		Total Geral
	Funcionários do Quadro	Trabalhadores Contratados	
Órgãos Centrais	234	438	672
Direcções Provinciais de Agricultura	1832	2708	4540
Instituições Subordinadas	367	776	1143
Total	2433	3922	6355

É importante ressaltar, no entanto, que cerca de 54% do total de pessoal existente possui nível de escolaridade baixa e em alguns casos nenhuma qualificação profissional, sobretudo a nível local onde a maior parte está concentrada.

1.3 Contributo do Sector Agrário para a Renda das Famílias Rurais

Segundo os resultados do TIA 2002, o rendimento proveniente da machamba própria é predominante na estrutura do rendimento familiar no meio rural, sendo o rendimento fora da machamba apenas de cerca de 20 por cento, mesmo entre as famílias que têm rendimentos per capita altos.

Em termos da relação entre rendimento per capita e características dos agregados familiares, verifica-se que as famílias com maiores rendimentos per capita conseguem grande parte dos seus rendimentos em dinheiro através da venda de culturas de rendimento, particularmente da produção da castanha de caju e algodão.

A produção de culturas de rendimento é, sem sombra de dúvidas, um factor determinante no rendimento, existindo uma relação positiva e significativa entre o rendimento e o cultivo de culturas de rendimento. Por exemplo, famílias de rendimentos mais altos têm

maiores probabilidades de terem mais cajueiros, e na prática, possuem mais cajueiros do que as famílias de menores rendimentos.

Para além da relação positiva entre o rendimento das famílias e o cultivo de culturas de rendimento, existe também uma forte correlação entre o acesso à terra e o nível de rendimento das famílias. De facto, as famílias com maiores rendimentos têm áreas cultivadas duas vezes maiores do que as famílias de menores rendimentos.

Uma outra relação importante é o facto dos agregados com maiores rendimentos terem uma maior probabilidade de ganhar rendimento adicional fora da machamba através da venda da mão-de-obra ou actividades por conta própria. Os dados do TIA (2002) mostram que cerca de 20 por cento das famílias rurais empregam mão-de-obra de outras famílias rurais nas suas machambas. Estas famílias possuem certas características que as diferenciam das restantes, de entre as quais se destacam:

- Têm mais terra
- Cultivam áreas maiores
- São duas vezes mais propensas a cultivar culturas de rendimento
- Devotam 2 vezes mais áreas a culturas de rendimento do que as outras famílias

Ainda relacionado com o rendimento familiar, há evidências de pesquisas em Moçambique que sugerem que o mercado rural da mão de obra inclui actualmente dois tipos de emprego, um pouco remunerativo e de curta duração e outro tipo mais remunerativo e de mais longo prazo. Um exemplo do primeiro tipo de emprego é o trabalho na machamba do vizinho. Os dados do TIA (2002) indicam que o rendimento proveniente do trabalho na machamba do vizinho é 5 vezes maior do que o proveniente do trabalho na machamba de privados. No segundo tipo de emprego, o emprego em empresas não agrícolas e emprego migratório é um bom exemplo. Há evidências que sugerem que o rendimento proveniente da produção não agrícola representa mais de 70 por cento do rendimento total fora da machamba, onde cerca de metade desse rendimento provém de actividades ligadas à economia rural (manufatura, construção, etc).

1.4 Relações do Sector Agrário com Outros Sectores da Economia

1.4.1 Indústria e Energia

A economia de Moçambique depende largamente da agricultura, daí a percepção geral de que o relançamento da agro indústria (principalmente a alimentar) constitua um incentivo extra para o desenvolvimento da agricultura e do sector agrário em geral. Todavia, a indústria de processamento requer, entre outros, que a produção agrícola atinja níveis de produção altos que possam satisfazer por um lado as necessidades populacionais e depois a própria indústria de processamento (adicionar valor ao produto bruto).

Como a produção agrícola nacional está abaixo do seu potencial, a relação ou o primeiro ponto de ligação entre o sector agrário (como fornecedor de matéria prima) e a indústria (não só como processador da matéria prima, mas também como fornecedor de todo o tipo de insumos) fica fraco. Associado a este factor, a indústria processadora agrícola enfrenta ainda outro tipo de dificuldades que não poderão ser ignoradas. Estas dificuldades estão relacionadas com oportunidades de mercados, baixa qualidade do produto bruto nacional, elevados custos da matéria prima em geral, e ainda deficiências nas infra-estruturas do país, em particular nas vias de acesso.

Em relação às ligações entre o sector agrário e o sector da energia, verifica-se que o potencial do sector agrário na produção de energia não está ainda explorado no país. A produção de culturas com um potencial bio energético quando processadas industrialmente ainda está no prelo, existindo já iniciativas para a produção de mandioca exclusivamente para a produção de etanol, o aproveitamento da produção sacarina já existente para a produção do mesmo produto, e ainda a produção em larga escala da *Jatrofa Curcus* para a obtenção de bio diesel.

Portanto, em suma, um dos desafios (de entre muitos outros) para o sector agrário num futuro breve estará centrado no investimento em culturas potenciais na produção do biodiesel, desde que enquadrado dentro das prioridades de desenvolvimento agrário.

1.4.2 Agricultura e Turismo

A relação entre o sector agrário e o turismo pode ser vista sob vários ângulos. Uma das formas tradicionais é através da relação entre o sector agrário e o turismo, nomeadamente através da conservação das florestas e fauna bravia, que resulta do desenvolvimento de actividades como os “game reserves”, e permite a preservação de espécies endémicas.

Mas a forma mais documentada da relação entre o sector agrário e o turismo é através do investimento na produção orientada para os hábitos e necessidades alimentares dos turistas. A base de sustentação desta relação é que uma boa qualidade de alimentos numa base constante é essencial para prover os hotéis, “lodges” e “resorts” dos alimentos necessários para os turistas. Em geral, a quantidade de alimentos comprados no contexto de turismo tem sido superior às possibilidades de oferta locais, mas surpreendentemente ou não, pouco se tem gasto pelos turistas em compras locais, mesmo quando exista produção agrícola na região turística

ou perto dela.

O desafio de introduzir mudanças das fontes de alimentos a favor dos produtores locais é considerável, mas o turismo só pode contribuir de forma significativa para o aumento da demanda pelos produtos locais se forem produzidos exactamente os tipos e qualidade de produtos demandados pelos turistas. Em geral, a baixa procura e/ou consumo dos produtos locais deriva de problemas geralmente claramente identificados, como sejam: baixa aceitabilidade derivada da fraca qualidade, baixos volumes e irregularidade de fornecimento em relação aos enormes níveis de procura, agravado pelos problemas de transportes, comunicações e fraco fluxo de informação entre produtores e consumidores. A Tabela 1.4.2, abaixo, apresenta os principais factores que influenciam as ligações entre agricultura e turismo.

Tabela 1.4.2 Factores que Influenciam as Ligações entre Agricultura e Turismo

Lado da Procura		Lado da Oferta		Lado dos Mercado	
□	O tipo de turista/visitante	□	Limitações físicas	□	Constrangimentos de mercado e de infra-estruturas
□	O nível de maturidade do turismo na região	□	O tipo de culturas privilegiadas no investimento local	□	Oferta não ajustada à demanda
□	A promoção da cozinha local	□	A qualidade e quantidade da produção local	□	Padrões espaciais e temporais de oferta
□	Eco-sistema turístico da região (fauna e zonas de praias)	□	Os níveis de preços dos produtos locais		
		□	Limitações tecnológicas e de processamento		

1.4.3 Agricultura e Obras Públicas e Águas

O desenvolvimento da agricultura é parte integrante de um desenvolvimento integrado de qualquer economia. Sendo assim, existem um conjunto de ligações estruturais entre o sector agrário e outros sectores da economia. Um desses sectores são as obras públicas. Entre os diferentes tipos de obras públicas com fortes ligações de interdependência com o sector agrário contam-se as estradas, pontes, ferrovias, obras de irrigação e infra-estruturas de armazenamento de produtos.

As estradas são um importante elemento de desenvolvimento da agricultura na medida

em que, sem estradas adequadas, não há pleno funcionamento da cadeia de produção agrária, que começa desde a distribuição de insumos até ao consumo dos produtos finais. Assim, um sistema de estradas construídas no contexto de desenvolvimento integrado permite um bom desempenho do sector agrário.

O desafio é como fazer com que o investimento em estradas e pontes esteja enquadrado dentro das prioridades de desenvolvimento agrário. O atraso de muitas das economias do chamado terceiro mundo caracteriza-se por um claro sub-desenvolvimento na área de estradas e pontes no meio rural. Nesses países, as economias dependem grandemente do sector agrário, mas nem sempre as áreas com elevado potencial de produção agrária estão ligadas às regiões deficitárias, e as estradas estão estruturadas muitas vezes de forma descoordenada com os objectivos do sector agrário.

Em Moçambique, os principais sistemas de rodovias e ferrovias estão estruturados, tendo em conta o papel de Moçambique como uma economia de serviços, cujos sistemas de rodovias e ferrovias, os corredores de desenvolvimento, visam garantir boas ligações com os países do hinterland. As estradas secundárias e terciárias, que são as únicas concebidas para objectivos de ligações das zonas de produção às zonas de consumo, são geralmente de terra batida, e em geral apresentam-se em condições de transitabilidade periódica e pouco adequadas para o papel para que foram concebidas.

O investimento em estradas é muitas vezes acompanhado por investimentos em pontes e aquedutos. Em Moçambique, a única estrada que liga o país de norte a sul, não tem uma importante ponte sobre o Rio Zambeze, o maior rio do país. Esta ausência de ponte em ponto tão crítico representa um real desafio para os objectivos de desenvolvimento integrado do país, e o processo de construção em curso poderá ser um importante passo nesse sentido. Para além da ponte sobre o Rio Zambeze, outras pontes estão em construção e/ou reabilitação em várias outras partes do país.

Tal como as rodovias, as ferrovias são outro importante investimento infra-estrutural de base para a economia. No presente, a maior parte dos sistemas ferroviários do país ligam os principais portos do país aos países vizinhos. Excepções são os sistemas ferroviários da Beira-Moatize e Quelimane-Mocuba, que são inteiramente domésticos. Entretanto, tanto um como o outro estão presentemente inoperacionais, embora o primeiro já esteja em processo de reabilitação, essencialmente devido à sua importância para o escoamento do carvão de Moatize. Mas esta linha férrea será igualmente importante para o escoamento do açúcar produzido no distrito de Moatize, e irá beneficiar produtores agrícolas de outros atravessados pela ferrovia.

As obras de irrigação são importantes para o desenvolvimento da agricultura em Moçambique. No presente, a maior parte da produção agrícola no país é dependente das chuvas, embora o país seja atravessado por vários rios, de norte a sul, muitos dos quais de corrente contínua ao longo de todo o ano. O país conta com algumas barragens de norte a sul, e apenas um sistema de regadio, o que é ainda muito pouco tanto quando comparado com a

quantidade de recursos hídricos de que o país dispõe como em relação às necessidades de produção agrária do país.

Por outro lado, algumas das infra-estruturas existentes precisam de melhorias nos seus sistemas de retenção e utilização. O exemplo do regadio do Chókwe mostra que, com sistemas de regadio alimentados por barragens bem dimensionadas e funcionais, o país pode apostar com relativa rapidez numa agricultura comercial e produzir no sentido de substituir importações.

1.4.4 Comércio e Transporte

A forma tradicional da relação entre o sector agrário e a comercialização agrícola no âmbito do desenvolvimento da economia nacional e, em particular, para a melhoria das condições de vida da população moçambicana. O comércio é um dos principais impulsionadores do relacionamento económico entre as zonas rurais e urbanas ou entre produtores e consumidores. Neste sentido, o Governo definiu, como um dos seus objectivos principais, a promoção da comercialização agrícola de modo a contribuir para o crescimento da agricultura e da indústria, orientadas para o mercado interno e para a exportação.

Considerando a existência no País de instituições especializadas para a promoção e dinamização da produção e comercialização de produtos agrícolas como o algodão, o açúcar e o caju, respectivamente, IAM, INA e INCAJU, os quais estabelecem estratégias para o desenvolvimento da cadeia de valor por cada um dos produtos, com metas quantitativas e prazos para o seu alcance, o MIC (Ministério da Indústria e Comércio) através da Estratégia de Comercialização Agrícola (**ECA concentra-se nas acções transversais da comercialização agrícola para a sua facilitação e promoção ao nível nacional**), para produtos agrícolas, em geral, excluindo os produtos de origem florestal e animal.

A formulação da ECA baseia-se nos produtos da nomenclatura do MIC (milho, arroz, mapira, mandioca, feijão, amendoim, girassol, copra, mafurra e castanha de caju) acrescidos do tabaco e do algodão, devido à sua importância na comercialização agrícola. Para os produtos de exportação, a formulação da ECA baseia-se na nomenclatura do INE: tabaco, açúcar, algodão, madeiras, castanha de caju, milho, amêndoa de caju, citrinos, copra e outros.

A Estratégia de Comercialização Agrícola enquadra-se nos objectivos contidos no Programa do Governo, no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) e na Política e Estratégia Comercial (PEC), em particular, nos seguintes aspectos: (i) Facilitação da fluidez das trocas comerciais; (ii) Alcance da segurança alimentar; (iii) Desenvolvimento económico e social, sustentável; (iv) Redução da dependência económica do exterior; (iv) Redução dos níveis da pobreza e (v) Monitoria e avaliação sistemática e permanente do desenvolvimento da comercialização agrícola. A agricultura na coordenação com outros sectores tem estado ligada ao Ministério da Indústria e Comércio na formulação e posterior implementação da Estratégia de Comercialização Agrícola através das seguintes

acções/actividades:

- Elaboração e monitoria do melhoramento do balanço alimentar anual e mensal;
- Elaboração, publicação e divulgação da informação sobre mercados agrícolas através dos boletins: ‘Quente Quente’ (SIMA), Comércio Agrícola (INFOCOM), SIMAPs e outros que forem publicados a nível local.
- Prosseguimento da divulgação da informação de mercados por rádios e em línguas locais.
- Monitorar a implementação do sistema de informação e na ligação existentes com outras instituições e agências para melhorar os fluxos de informação.
- Organização e realização estudos de exploração e inovação de mercados domésticos e internacionais.
- Realização e estudos especializados para determinar a priorização de apoio pelo Estado em cada uma das províncias.
- Realização de estudos para determinar os constrangimentos na cadeia de valor dos principais produtos agrícolas a todos os níveis.
- Projecção da comercialização agrícola a nível nacional, provincial e distrital, na base da produção esperada, as tendências de mercado e os dados históricos.
- Prosseguimento e expansão a implementação do programa de crédito à comercialização agrícola.
- Revisão dos critérios de elegibilidade do crédito para a comercialização agrícola
- Promoção de desenvolvimento do mercado de insumos e instrumentos agrícolas.
- Promover a utilização das matérias-primas nacionais pela indústria, visando o seu aproveitamento e substituição de importações.
- Estabelecimento de regras básicas de contratação entre industriais e comerciantes e entre eles e camponeses
- Monitoria na utilização de matérias primas nacionais pela indústria nacional.
- Monitoria na implementação dos acordos bilaterais.
- Incentivo o desenvolvimento da agricultura virada para o mercado internacional.

- Disseminação da informação sobre normas e regulamentos técnicos e medidas sanitárias e fitossanitárias de produtos agrícolas
- Criação uma rede de informação que abranja os principais intervenientes.

1.4.5 Transportes e Comunicações

O isolamento contribui para o aumento da pobreza. Sem acesso eficiente e seguro nas zonas rurais, o desenvolvimento rural fica comprometido porquanto as comunidades ficam limitadas de acesso aos serviços básicos e de bens de que necessitam.

A questão do desenvolvimento do sector de transporte e comunicação requer um mecanismo claro e efectivo de coordenação envolvendo outras agencias governamentais. Também há uma necessidade de coordenação com o sector privado que tem sido provedor deste tipo de serviços. Dada a grandeza do país nas ligações com o sector de Transportes e Comunicações (TC) é importante a regionalização (norte, centro e sul) das ligações.

O MINAG e o sector de TC devem estudar áreas complementaridade entre o sector na identificação de iniciativas para conseguir ter acessos a mecanismos para desenvolver intervenções tecnológicas apropriadas com impacto a nível local.

Também com base no potencial agro-climático e de produção assim como o potencial para desenvolvimento da agricultura comercial, o MINAG pode apoiar na identificação de áreas geográficas de intervenção prioritárias.

CAPÍTULO II POLÍTICA ACTUAL DO SECTOR AGRÁRIO

2.1 Introdução

O presente capítulo apresenta a política actual do sector agrário. Na actualidade, o sector agrário tem os seguintes instrumentos orientadores: os objectivos do Governo para o sector agrário, os objectivos estratégicos do sector agrário que inclui os assuntos transversais relevantes para o desempenho do sector, tais como o género, a gestão ambiental, e o HIV/SIDA, a visão do sector agrário em Moçambique, e a missão do MINAG. O capítulo faz uma análise crítica de cada um dos documentos actualmente em vigor, a termina com uma análise FOFA, isto é, uma análise dos pontos fortes, oportunidades, pontos fracos e ameaças no contexto da situação actual.

2.2 Objectivos do Governo para o Sector Agrário

Após a independência nacional, tendo em conta o sistema de economia centralmente planificada do momento, o MINAG (Ministério da Agricultura) centrou a sua atenção à assistência dos pequenos produtores através da:

- Provisão directa de serviços e insumos agrícolas de forma subsidiada
- Regulação e intervenção directa no mercado de produtos agrários
- Gestão directa das florestas, parques nacionais, machambas estatais e sistemas de irrigação

Com o processo de adequação às exigências de uma economia de mercado a que o Governo de Moçambique teve de se ajustar, o MINAG teve de se reestruturar por forma a dar resposta às exigências de uma agricultura com crescimento sustentável, em particular para os pequenos produtores, realizando as seguintes acções:

- Identificar os constrangimentos de mercado e tomar medidas que pudessem alterar o estágio em que o sector se encontrava, através da análise de políticas efectivas com o envolvimento dos outros sectores ministeriais
- Providenciar o acesso equitativo e seguro ao direito de uso e aproveitamento da terra e água
- Estabelecer mecanismos efectivos de regulação e padronização de controlo de qualidade e medidas de fitossanidade dos insumos e produtos agrários

- Facilitar e apoiar o desenvolvimento de mercados de produtos e insumos agrários, promovendo incentivos para estimular a produção agrária, incluindo: i) produção e disseminação de informação de mercado; ii) desenvolvimento do sector privado e iii) reforço da regulamentação do mercado de insumos; e
- Garantia da provisão eficiente dos serviços agrários e de apoio aos produtores.

Adicionalmente para o melhor endereçamento das necessidades, constrangimentos e oportunidades das comunidades rurais, é preciso garantir o processo de descentralização, envolvendo os vários actores/parceiros de desenvolvimento, em especial na planificação e gestão, bem como na descentralização da responsabilidade de gestão dos recursos naturais comunitários.

Actualmente, o objectivo geral da política agrária do Governo é o de contribuir no alívio á pobreza, criação de condições de segurança alimentar, redução da taxa de desemprego e desenvolvimento económico sustentável, reduzindo o déficit crónico da balança de pagamentos. A política dá ênfase na criação de ambiente e instrumentos institucionais para a liberalização do mercado de bens e serviços e desenvolvimento de infra-estruturas de comunicação.

2.3 Objectivos Estratégicos do Sector Agrário

Os objectivos de desenvolvimento agrário são assim definidos: transformação da agricultura de subsistência numa agricultura cada vez mais integrada nas funções de produção, distribuição e processamento, na visão da cadeia de produção e valor, tendente a alcançar: i) o desenvolvimento de um sector agrário de subsistência que contribua com excedentes para o mercado; ii) o desenvolvimento de um sector empresarial eficiente e participativo no desenvolvimento agrário.

Nos objectivos sublinha-se igualmente a necessidade de racionalizar o investimento público directo para sectores e áreas prioritárias. Esta racionalização deve centrar-se na criação de serviços públicos básicos à montante e à jusante, e paralelos com os que criam externalidades com outros sectores complementares aos serviços agrários.

As grandes áreas de intervenção de acordo com o Plano do Governo (PdG) no sector agrário foram sistematizadas na Política e Estratégia de Implementação (PAEI, 1995) que sublinha os seguintes elementos:

- Garantir **a segurança alimentar** no país através da promoção da produção de alimentos básicos em particular de cereais (milho, arroz, e mapira),

leguminosas (feijões e amendoim), mandioca, oleaginosas (soja, girassol, gergelim e diversos) e outros, bem como produtos pecuários em especial os ruminantes e produtos avícolas.

- Promover as **culturas de rendimento** para o mercado nacional e para exportação em particular o algodão, açúcar, chá, copra, castanha de cajú, madeira, tabaco e outros produtos não tradicionais com mercado regional ou internacional, tais como os que derivam da promoção da hortofruticultura e diversos.
- Envolver as comunidades e outros actores ou parceiros no **maneio e gestão dos recursos naturais** (terra, florestas e recursos hídricos), na perspectiva de criar benefícios partilhados, incentivando o seu envolvimento na fiscalização e protecção do meio ambiente.

Para a prossecução dos objectivos estratégicos do sector agrário, são tomados em conta os seguintes assuntos transversais:

1. Género

- Promover a equidade no envolvimento do homem e da mulher em actividades que contribuam para a disseminação do conhecimento nas zonas rurais, tendo em conta o papel de ambos como produtores e educadores das novas gerações.

2. Gestão ambiental

- Garantir a conservação da biodiversidade animal e vegetal
- Promover a utilização racional e sustentável da terra e dos recursos naturais para o benefício económico, social e ecológico da actual e futuras gerações de moçambicanos.

3. HIV/SIDA

- Participar nos programas de actividade de prevenção e combate ao HIV/SIDA, disseminando a informação junto dos agentes económicos e produtores do sector agrário.

2.4 Visão do Sector Agrário em Moçambique

O artigo 100 da Constituição da República, nos seus números 1 e 2, postula que (1) “A República de Moçambique toma a agricultura como base do desenvolvimento nacional, e, (2) o Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso económico e social do país”.

Tendo em conta este princípio e postulado do comando constitucional, a agricultura é o sector que envolve todas as actividades relativas à provisão dos serviços agrários, de insumos, cultivo de produtos agrários, com um peso significativo na economia nacional, contribuindo com 23 – 25% do PIB (2004).

Por outro lado, a maioria da população moçambicana vive no meio rural e a sua base de subsistência depende do que produz na terra, garantindo assim o seu sustento com base nos produtos agrários e florestais. Deste modo, a visão que se tem do sector é:

Um sector agrário integrado, sustentável, competitivo, diversificado, base do bem estar, articulado em cadeias de produção e valor, com benefícios amplamente partilhados.

A visão mostra-nos que a agricultura é um sector com um sistema integrado para maximizar a contribuição do sector no crescimento e desenvolvimento económico. Trata-se de uma visão de um sector gerador do acesso equitativo dos benefícios e da participação de todos num mercado global que se caracteriza por ser competitivo, o que pressupõe que o sector agrário rentável e sustentável, contribuindo para a melhoria das condições de vida das comunidades.

A estratégia deverá guiar todos os actores para que a contribuição dos seus programas seja maximizada, tendo em conta o carácter chave dado à área da agricultura no aumento do crescimento económico acelerado, devendo a estratégia a prosseguir contemplar duas arestas principais:

- A capacitação dos produtores para aumentar a produtividade e rentabilidade das actividades agrárias e todas as actividades correlacionadas e complementares
- A transformação do papel das instituições públicas, tornando-as facilitadoras e servidoras dos produtores, através do desenho de políticas agrárias e da provisão de serviços essenciais para assegurar o crescimento do sector que possa contribuir para a redução da pobreza e geração da riqueza, em particular para as famílias rurais

O documento apresenta um conjunto de objectivos estratégicos para alcançar metas de curto e médio prazo, tendo em vista a visão de longo prazo do sector agrário.

Estes objectivos devem ser operacionalizados, tomando em consideração as duas abordagens do PARPA, nomeadamente a redução da pobreza e a segurança alimentar via programas que enfatizam o crescimento económico e programas direccionados para grupos populacionais mais vulneráveis.

Os objectivos estratégicos foram formulados à volta de pilares da visão estabelecida, e sincronizados com os elementos transversais essenciais para o sector, para o desenvolvimento de um sector agrário integrado, sustentável, competitivo, diversificado, base do bem estar e acumulação económica, articulado em cadeias que acrescentam valor, com benefícios que são amplamente partilhados. Para a materialização destes pilares, serão enfrentados desafios relativos à capacidade de implementação.

2.5 Missão

A principal missão do sector agrário pode ser resumida como:

Um sector que assegura a segurança alimentar nacional e promove uma produção agrária competitiva que acrescenta valor à produção, promovendo o desenvolvimento de agro-negócios.

2.6 Análise dos Pontos Fortes, Fracos, Oportunidades e Ameaças (FOFA)

Com base na descrição do sector agrário apresentada no primeiro capítulo bem como na política actual do sector agrário, faz necessário uma avaliação das capacidades internas do sector e os factores exógenos que podem influenciar o seu desempenho. A Tabela 2.6 resume os resultados da análise FOFA do sector agrário em Moçambique.

Tabela 2.6 Análise FOFA do Sector Agrário em Moçambique

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de cursos e bacias hidrográficas ao nível do País. 2. Disponibilidade de terra arável para o seu uso e aproveitamento. 3. Existência de um quadro legal e normativo do sector agrário. 4. Diversidade agro/ecológica do País. 5. Existência de um quadro institucional que coordena o sector agrário a todos os níveis, desde o nível distrital. 6. População com experiência e interesse de cultivar a terra 7. Existência do sector privado que faz o fomento e promove o uso de insumos na agricultura. 8. Existência de resultados passíveis de aplicação da investigação (variedades, raças, pacotes tecnológicos) 9. Existência de experiências positivas de coordenação e integração vertical em alguns produtos (açúcar, tabaco, algodão, castanha de caju). 10. Existência de dados estatísticos que permitem fazer a análise do sector (TIA, CAP, IAF). 11. Capacidade técnica na área agrária existente ao nível central e provincial. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Escassez infra-estruturas para a retenção dos recursos hídricos e gestão de água ao nível do país e para o manejo melhorado de gado. 2. Fraco aproveitamento das infra-estruturas hidroagrícolas (sistemas de irrigação) existentes. 3. Pouca disponibilidade de informação sobre recursos naturais (zoneamento, ocupação, planeamento, uso e aproveitamento). 4. Fraca capacidade de manejo e fiscalização, assim como a tomada de medidas na área de recursos naturais. 5. Fraco desenvolvimento do mercado de insumos agrícolas ao nível local. 6. Fraca provisão de serviços agrários. 7. Preços elevados dos insumos. 8. Fraca disponibilidade e uso de tecnologias apropriadas. 9. Fraca organização dos produtores. 10. Inexistência de serviços financeiros favoráveis à agricultura. 11. Fraco aproveitamento da pastagem. 12. Fraca infra-estrutura de armazenagem e conservação. 13. Perdas Pós-colheita. 14. Assimetrias informativas (falta de informação dos produtores e dos comerciantes). 15. Fraca harmonização de prioridades de investimentos entre os sectores e sub-sectores. 16. Fraco desenvolvimento das vias de acesso e dos sistemas de transporte. 17. Altos custos de transação no meio rural. 18. Fraca capacidade de transformação dos produtos primários (moageiras, matadouros) 19. Não aproveitamento integral dos produtos agrários. 20. Baixo volume e fraca qualidade da

	<p>produção.</p> <p>21. Falta de quadros ao nível dos distritos para dar resposta ao processo da descentralização.</p>
<p>Oportunidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Baixa densidade populacional. 2. Estabilidade macroeconómica e política. 3. Localização geográfica privilegiada (acesso ao mar facilitado). 4. Existência de potenciais mercados absorventes da produção agrária. 5. Disponibilidade e diversidade de terra, pastagens, florestas e fauna. 6. Existência da biodiversidade. 7. Existência de vantagens comparativas para o desenvolvimento de alguns produtos (arroz, frutas tropicais, etc.) 8. Existência de ONG's que trabalham no sector agrário. 9. Existência de associações de produtores. 10. Existência de mecanismos de diálogo estabelecidos entre o Governo e o sector Privado. 11. Processo de descentralização em curso, tornando o distrito em unidade prioritária de planificação e de orçamentação. 12. Aproveitamento das oportunidades em recursos (financeiros) para regradar o mercado de insumos e produtos agrários. 	<p>Ameaças</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Queimadas descontroladas. 2. Conflito de terras entre utilizadores (latente ou expresso) 3. Conflito Homem/Animal. 4. Surtos de pragas e doenças com reduzidos meios para a sua prevenção e combate. 5. Concorrência de produtos agrários importados. 6. Grandes variações das taxas de câmbio, afectando de forma severa os produtos agrários. 7. Sazonalidade de oferta e procura dos insumos agrários o que eleva os seus custos. 8. Irregularidade e escassez das chuvas. 9. Calamidades naturais cíclicas. 10. Instabilidade de preços no mercado internacional. 11. Ocorrência de roubos de produção no meio rural (produtos agrícolas, gado, etc.) 12. Falta de quadros ao nível dos distritos para dar resposta adequada ao processo da descentralização em curso.

2.7 Grandes Constrangimentos para o Desenvolvimento do Sector Agrário

A maior parte dos constrangimentos relaciona-se com a falta de serviços

básicos para garantir o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. A carência em bens e serviços básicos é a característica fundamental da pobreza e elemento de grande peso na manutenção do estágio actual do sector agrário e da maioria da população que dele depende. Assim os maiores constrangimentos que constituem desafios ao sector são os seguintes:

1. Queimadas descontroladas, devastando vastas áreas de recursos florestais e faunísticos, para além da degradação dos solos
2. Irregularidade e escassez das chuvas, para uma agricultura dependente de factores naturais
3. Calamidades naturais cíclicas, com reduzidos recursos para a sua prevenção
4. Conflito Homem/Animal, nas zonas junto de florestas, parques e cotadas
5. Conflitos de terra entre utilizadores (latente ou expreso) em especial nas zonas de maior potencial agrário (agrícola ou com boas pastagens), localizadas nos corredores de mercados dinâmicos
6. Surtos de pragas e doenças com reduzidos meios para a sua prevenção e combate, com especial ênfase nas zonas fronteiriças e de corredores de desenvolvimento
7. Sazonalidade de oferta e procura dos insumos agrários o que eleva os seus custos no mercado
8. Grandes variações das taxas de câmbio, afectando de forma severa os produtos agrários, devido à instabilidade de preços no mercado internacional, em especial ao nível do pequeno produtor
9. Falta de quadros ao nível dos distritos para dar resposta adequada ao processo da descentralização em curso, de forma a compatibilizar a planificação/execução central/provincial com a distrital em função dos PDDs (Planos Distritais de Desenvolvimento).

CAPÍTULO III

NECESSIDADE DA DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO A CURTO E MÉDIO PRAZO

3.1 Justificação

A definição das prioridades fundamenta-se na necessidade de hierarquizar as intervenções de forma harmonizada, de tal maneira que, ao serem realizadas em paralelo, se interrelacionem e influenciem as outras intervenções conexas.

Para uma definição criteriosa das estratégias e prioridades sectoriais de desenvolvimento, é fundamental tomar em conta a base de informação disponível, sua relevância, fiabilidade e oportunidade de utilização, para se produzir recomendações ajustadas. Na base deste pressuposto, apesar de se reconhecer uma lacuna da ausência no MINAG de uma estratégia como elemento fundamental de cobertura para os planos, prioridades e actividades, pretende-se fazer o exercício de arrolar de forma articulada algumas prioridades que se julgam fundamentais para a definição de uma estratégia de desenvolvimento do sector agrário a médio e longo prazo.

Neste sentido, porque se reconhece que a lacuna resultante da falta de uma estratégia do MINAG requer uma base estatística dentro do MINAG e nas instituições afins, com análises conclusivas ou que apontam de forma clara a direcção a tomar sem pontos de penumbra, constitui o primeiro pilar de prioridade a ter em conta como garante do melhor enquadramento das prioridades do sector agrário com as prioridades dos outros sectores, para que acções combinadas promovam o desenvolvimento baseado no meio rural.

3.2 Critérios para a Definição das Prioridades Sub-Sectoriais

As prioridades específicas do sector agrário devem estar alinhadas com os objectivos e prioridades do PdG e do PARPA II. Com base nos cinco princípios acima, foram definidos os seguintes critérios para a priorização das actividades e acções de desenvolvimento do MINAG:

1. Potencial de impacto na redução da pobreza, contribuindo para a segurança alimentar e geração da riqueza.

Na selecção das prioridades de desenvolvimento, deve-se olhar para os produtos que demonstrem impacto, alinhado com as prioridades do Governo, nomeadamente na redução da pobreza absoluta e segurança alimentar, e no crescimento dos rendimentos dos pequenos produtores, através da geração de emprego sustentável. Com base neste critério, devem ser seleccionadas as actividades, acções ou zona específicas cujo desenvolvimento tenha um grande impacto na redução da pobreza no país e redução da segurança alimentar, e a geração da riqueza. Neste contexto, deverão ser considerados outros impactos sobre a economia, nomeadamente a redução da dependência em relação

a importações e o impacto disso na Balança de Pagamentos e a maximização de valor acrescentado através das ligações horizontais e das novas oportunidades de investimentos agrários, baseadas num estudo contínuo das oportunidades de adopção de produtos ou variedades de culturas alimentares ou de rendimento emergentes com impacto para o aumento da riqueza dos produtores.

2. Potencial agroecológico para o aumento da produção agrária competitiva, com ligações ao mercado doméstico, regional e internacional com base nas oportunidades existentes

Moçambique tem uma diversidade de zonas agro-ecológicas, o que possibilita a prática de diferentes culturas (resistentes à seca ou não, alimentares ou de rendimento, com mercado identificado ou não), promoção da criação de diversas espécies animais, e exploração de espécies florestais e faunísticas diferenciadas. A existência de grandes bacias hidrográficas aumenta ainda mais o potencial agrário do país. Sendo assim, existe a necessidade de se escolher, entre as acções de desenvolvimento possíveis, aquelas que têm maior potencial para o aumento da produção agrária competitiva, com ligações ao mercado doméstico, regional e internacional. Tratando-se de relançar actividades económicas, haverá que apostar em zonas agro-ecológicas com um grande potencial agrícola, e em produtos que tenham alto potencial de integração, tanto no mercado doméstico (primeira preferência) como no mercado externo.

3. Potencial para a promoção da diversificação na base produtiva para reduzir a insegurança alimentar, riscos de mercado e agro-climáticos, e aumentar a renda dos produtores.

A produção agrária em Moçambique enfrenta vários riscos, entre os quais os riscos de mercado e os riscos agro-climáticos. Os riscos de mercado repercutem-se em perdas pelos produtores devidas a variações inesperadas de preços ou grandes mudanças de mercado com implicações nas projecções dos produtores em termos dos ganhos esperados. Os riscos agro-climáticos são muito críticos para a agricultura em Moçambique, que depende grandemente das chuvas. A diversificação de culturas é um dos investimentos importantes para reduzir esses custos, e aumentar a possibilidade de os produtores garantirem a sua segurança alimentar.

4. Potencial para a adopção de tecnologias com base nas oportunidades criadas pelos investimentos no país e na região, tendo em conta a disponibilidade de recursos.

A adopção de tecnologias pode aumentar as vantagens comparativas que Moçambique tem na produção de determinadas culturas na região e no mundo. Se Moçambique fizer investimentos em culturas e/ou espécies animais nas quais existe um potencial para o acesso a tecnologias, quer dentro do país, quer noutros países da região,

o país pode aumentar a capacidade de produzir essas culturas, e aumentar as suas vantagens comparativas. Com base nestes princípios, tem de ser priorizados produtos onde já haja alguma disponibilidade de recursos naturais, materiais, humanos, financeiros e experiência. Neste sentido, haverá que estudar os custos e benefícios, e deverão ser priorizados os produtos ou acções onde haja, ou seja, possível criar vantagens competitivas/comparativas. Trata-se de uma abordagem virada para o mercado e com investimento de recursos público e privada.

Tendo em conta que os critérios devem permitir uma certa padronização, medição e resposta às expectativas na avaliação e/ou verificação do que foi planificado e realizado, foram considerados cinco elementos básicos para a definição dos critérios:

1. **Efeitos multiplicadores:** A selecção de uma prioridade deve obedecer ao princípio de a actividade escolhida ter o potencial de produzir efeitos multiplicadores sobre as demais actividades. Por outras palavras, a actividade mestra deve conduzir ao crescimento da economia nacional e ao combate à pobreza.
2. **Fiabilidade:** Porquê a actividade foi/é escolhida e para qual objectivo concreto ela responderá (grau de importância).
3. **Objectividade:** Qual é o objectivo da actividade escolhida.
4. **Quantificabilidade (Quantificável):** Será a actividade factual (que permite uma monitoria e avaliação constante e permanente).
5. **Grau de cobertura:** Qual é o âmbito de cobertura da actividade no contexto das actividades globais do sector.

3.3 Importância da Abordagem de Priorização Sub-Sectorial

As políticas agrárias em Moçambique guiam-se pelo princípio de um desenvolvimento integrado que deve ser resultante das acções de desenvolvimento das diferentes áreas de actividade ou sub-setores. Neste sentido, cada sub-sector tem o seu plano de acção, produzido com base nas experiências do sub-sector tanto ao nível nacional como ao nível de cada província, e tendo como objectivo manter as todas ligações intra e inter-institucionais necessárias e contribuir para o desenvolvimento do sector como um todo.

Assim, a abordagem de um plano geral de prioridades gerais conjugado com a priorização sub-sectorial tem importância especial por ser a que facilita desenhar acções de intervenção ao nível do terreno, tendo em conta as especificidades locais e respeitando as condições agro-ecológicas para cada intervenção. É com base nesta realidade que, no desenho das prioridades para o desenvolvimento do sector agrário em

Moçambique, se dá especial ênfase à priorização sub-sectorial. Uma abordagem especializada permite fazer as intercepções e cruzamentos necessários para a sincronização das actividades no terreno e o seu entrosamento com os objectivos programáticos nacionais.

3.4 Considerações Metodológicas e Operacionalização dos Critérios

Uma boa planificação de actividades e que visa objectivos de desenvolvimento de longo prazo exige uma clara definição de critérios para a definição das prioridades. Os critérios a serem utilizados nesse exercício devem ser claros, transparentes, facilmente aplicáveis, flexíveis e fáceis de monitorar. Assim, eles permitirão uma clara selecção das prioridades e facilitarão o grau de pertinência das acções, actividades ou produtos seleccionados e a observância de possíveis mudanças nessas prioridades com base no acompanhamento, monitoria e avaliação contínuas.

Nas condições de Moçambique, onde a limitação de recursos humanos, materiais e financeiros é uma realidade inegável, uma selecção e priorização de produtos e respectivas cadeias torna-se ainda mais fundamental, pois está claro que não podemos fazer tudo ao mesmo tempo, e que provavelmente teremos que sacrificar algumas prioridades de curto prazo, em favor de outras que têm maiores efeitos multiplicadores sobre o desempenho do sector como um todo, com acções de desenvolvimento. Mas a priorização de uma acção ou produto não significa que as outras acções ou produtos não possam ser desenvolvidos, mas sim que eles não vão constituir o centro de atenção das políticas e iniciativas do Estado.

Para a operacionalização dos critérios, duas linhas de intervenção estratégica para o MINAG são fundamentais:

- Capacitação Institucional do MINAG para o desempenho das suas funções nucleares básicas (provisão de serviços básicos)
- Intervenção do MINAG ao longo da cadeia de produção e valor dos produtos agrários estratégicos, que concorram para a consolidação dos objectivos de redução da pobreza e da dependência, e para a consolidação de uma produção virada para um mercado competitivo

3.5 Universalidade e Dinâmica dos Critérios

Qualquer critério seguido na definição de prioridades e/ou na realização de alguma actividade tem a sua validade enquanto os pressupostos prevalecerem válidos, pois que, quando estes se modificam o critério deve ser ajustado de acordo com as

novas circunstâncias.

CAPÍTULO IV

PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE CURTO E MÉDIO PRAZO

4.1 Introdução

Uma vez identificada a necessidade de definir prioridades de desenvolvimento

agrário em Moçambique, a questão (ou questões) que se coloca está relacionada com aquilo que deve ser prioritário no contexto do desenvolvimento agrário a curto e médio prazo. No presente capítulo, identificam-se quatro pilares básicos do desenvolvimento agrário em Moçambique e, com base nos critérios para a definição das prioridades apresentados no terceiro capítulo, apresentam-se as prioridades de desenvolvimento por cada componente da estrutura funcional do Ministério. O capítulo termina com a apresentação dos principais desafios a enfrentar e os determinantes para o alcance das metas estabelecidas para cada prioridade.

4.2 Programa do Governo para o Quinquénio 2005-2009

Para o sector agrário, o Programa do Governo para o quinquénio 2005-2009 definiu objectivos centrais dos quais se destacam:

1. Desenvolver políticas e usar instrumentos para promover o crescimento real médio anual do rendimento nacional per capita
2. Estimular a transformação estrutural da agricultura, implicando o aumento da produtividade neste sector, bem como a sua integração no sector rural, no resto da economia e competindo no mercado internacional
3. Continuar a monitorar a evolução dos níveis de pobreza
4. Melhorar a monitoria da evolução económica e da produtividade, usando indicadores estatísticos mais apropriados, com melhor qualidade e em tempo oportuno.

Deste modo, quaisquer que sejam as prioridades de desenvolvimento agrário de Moçambique, elas terão que estar em sintonia com os objectivos gerais estabelecidos pelo governo para o quinquénio 2005-2009. No entanto, isto não inviabiliza de modo algum que as prioridades de desenvolvimento se possam estender para um horizonte de longo prazo. A monitoria e avaliação, actividades que estão previstas, poderão trazer os sinais necessários para se ajustar as prioridades de desenvolvimento desenhadas actualmente à situação futura.

4.3 Pilares Básicos para o Desenvolvimento do Sector Agrário

4.3.1 Cadeias de Produção e Valor

As perspectivas de desenvolvimento do sector agrário de curto e médio prazo em Moçambique são programadas com base em quatro pilares, nos quais se centram tanto as

acções prioritárias das diferentes componentes como no programa de desenvolvimento do sector como um todo. Sem se seguir nenhuma ordem da importância relativa de cada um dos pilares, apresenta-se a seguir a caracterização de cada um dos pilares.

O primeiro pilar básico (não por ordem de importância) para o desenvolvimento do sector agrário está relacionado com a cadeia de valor. Tradicionalmente uma Cadeia de Valor (CV) é um conjunto de actividades e processos de produção, processamento, distribuição, comercialização (mercado interno e externo), consumo e reciclagem. Por outras palavras, num processo produtivo, a CV é um conjunto de todas as actividades e processos complementares à elas inerentes. Nesta abordagem de CV, cada actividade representa um estágio que visa gerar maior valor acrescentado ao produto final.

Todavia, qualquer análise que tem em vista aumentar a quantidade e qualidade da produção agrária tem que analisar a produção e os produtores como parte de um sistema mais completo que afecta, e é afectado, por elementos/acções fora da própria produção. Isto é, a produção agrária deve estar enquadrada dentro do contexto histórico e sócio-político concreto onde todos constrangimentos e oportunidades possíveis são tidos em conta. O desafio reside na conceitualização de uma metodologia de análise que permite captar todos os elementos principais de uma maneira coerente e rigorosa.

Esta conceitualização de CV, usada para organizar e avaliar actividades a nível micro e macroeconómico, mostra que existe um elo de ligação e inter-relação entre os componentes da cadeia que formam um sistema integrado e coeso em que cada elo precedente de cadeia suporta e alimenta o elo seguinte, e cada um deles influencia o(s) outro(s).

A coexistência entre os elos é que garante a sobrevivência dos seus componentes e a formação e quebra da cadeia é influenciada por diferentes factores históricos, sociais e políticos. Por isso uma conceitualização mais adequada precisa ter em conta o carácter multifacetado dos intervenientes em diferentes processos e actividades que constituem a cadeia.

O Diagrama 4.3.1 mostra como a uma cadeia de valor pode funcionar. Os rectângulos tentam ilustrar a cadeia primária que é o conjunto de actividades e processos técnicos desde a matéria-prima ao produto final. A cadeia secundária inclui todas as actividades complementares que fazem com que a cadeia secundária funcione. Esta separação é meramente metodológica, na prática tanto elementos da cadeia primária como secundária são indispensáveis. Nem mesmo a sequência de actividades e processos é idêntica e igual para todas cadeias. Nalgumas cadeias alguns elos estão quebrados ou não existem porque o contexto não é ainda propício para o seu surgimento. As setas para além da cadeia indicam a possibilidade da cadeia se ligar

com outras cadeias. E a ligação com outras cadeias não acontece apenas através de um elo, mas de vários.

Porquê é importante a abordagem de cadeia de produto e valor? Elimina a separação artificial entre sectores e foca na inter-relação entre actividades e processos independentemente dos sectores, cuja preocupação central é aumentar o valor acrescentado e gerar maiores e melhores benefícios. Por exemplo, numa abordagem de cadeia de valor torna-se metodologicamente contraproducente definir se a agricultura ou a indústria é o sector líder de desenvolvimento numa determinada economia.

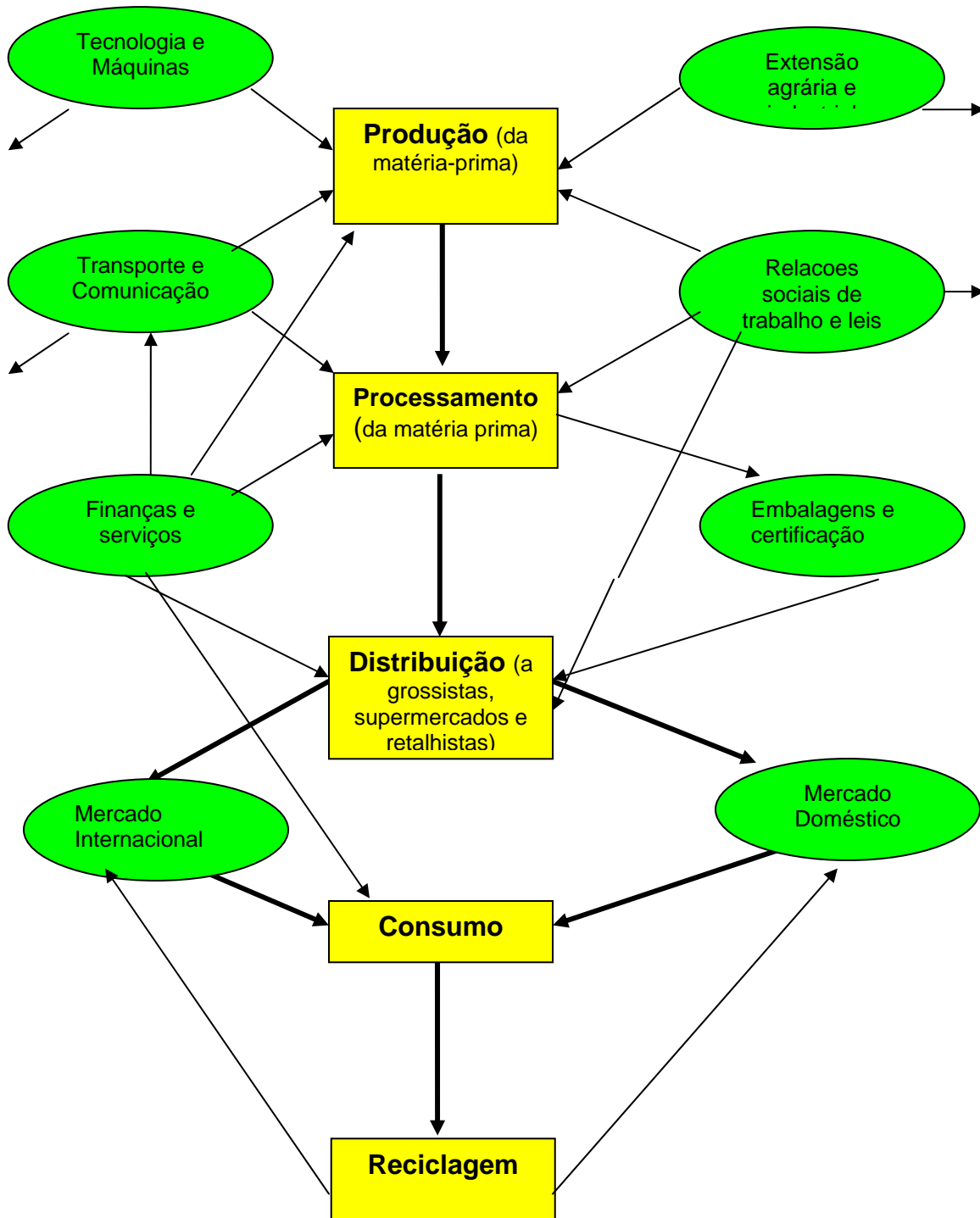
O mais importante é que a prioridade deve ser a combinação de actividades e processos numa forma eficiente para reduzir significativamente os custos em cada elo e aumentar os benefícios. A questão central é que a actividade e processos agrários dependem, reciprocamente, de processos e actividades industriais, serviços e outros.

Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico e científico torna muito claro que a divisão sectorial é inadequada, pois se torna difícil classificar sectorialmente certas actividades e processos primários ou secundários. Por exemplo, a produção de *software* é indústria ou serviços? A produção moderna de produtos agrícolas e pecuários que usa a biotecnologia é agricultura ou indústria?

Tratando-se de promover o relançamento de actividades económicas em produtos e subsectores de produção agrária, a liderança da cadeia de valor é do sector privado. Trata-se de criar um ambiente favorável e incentivar a actividade do sector produtivo a explorar as oportunidades geradas pelo mercado e pelos recursos existentes. O Estado deve intervir fortemente no estabelecimento de cadeias de valor estratégicas, sobretudo, actuando nos factores chave que alavanquem toda a cadeia. O Estado terá um papel muito activo na fase inicial de estabelecimento de uma cadeia de valor, que irá reduzindo à medida que o sector privado se for consolidando e se apropriando do *governance* da própria cadeia.

Diagrama 4.3.1 **primária**

Esquema de uma cadeia de valor: mostrando a cadeia **e secundárias e possíveis ligações com outras cadeias**



As indústrias não se tornam competitivas sem apoio algum. O Estado deve estimular o seu surgimento e consolidação, como fez no passado recente com a indústria

do açúcar, adoptando uma política fiscal adequada, concedendo incentivos apropriados e, se necessário, medidas proteccionistas temporárias para ajudar a crescer e consolidar os investimentos.

Há recursos financeiros públicos⁶ dispersos em programas e projectos, alguns sob alçada do sistema da gestão das finanças públicas e outros geridos directamente por agências de desenvolvimento adstritas aos parceiros de cooperação. Há que aprofundar e sistematizar o conhecimento da situação destes recursos e canalizá-los para as intervenções prioritárias e estratégicas, que possam gerar impacto.

Para que a cadeia de produção e valor seja eficiente, a coordenação institucional é crucial para o sucesso das intervenções. Não somente entre instituições, mas, sobretudo dentro delas, não apenas na planificação mas também na implementação, monitoria e avaliação.

4.3.2 Coordenação Horizontal

A Coordenação Horizontal (CH) constitui o segundo pilar básico para o desenvolvimento agrário. A abordagem horizontal é crítica para o sucesso do programa do desenvolvimento agrário em Moçambique, pois tem a vantagem de se orientar para a necessidade de coordenação dos mecanismos de planificação e implementação das actividades, e a avaliação dos resultados - a capitalização dos benefícios dessa coordenação.

Por outras palavras, a coordenação horizontal permite que todas as actividades correlacionadas, a montante e a jusante sejam planificadas e implementadas tendo em vista objectivos comuns, de tal forma que se tirem os maiores ganhos de todo o investimento intra e inter-sectorial. Na prática, a coordenação horizontal pode ser feita a dois níveis:

1. Entre as diferentes instituições do MINAG
2. Entre o MINAG e outras instituições do sector público, bem como os parceiros do sector privado agrário e de cooperação.

A coordenação horizontal dentro do MINAG permitirá que o sector agrário seja desenvolvido como um todo e de forma integrada, sustentável, competitiva e diversificada, com bases para o bem-estar e acumulação de riqueza e cadeia de valor com distribuição equitativa dos benefícios por todos os grupos de beneficiários. Isto pressupõe o desenho de prioridades a diferentes níveis, nomeadamente, prioridades

⁶ São também públicos os recursos *controlados* directamente pelos parceiros de cooperação. O Governo pode exercer forte influência para que sirvam os propósitos prioritários do Governo.

específicas para o produtor do sector familiar e para o desenvolvimento da agricultura comercial, assim como a gestão dos recursos naturais.

Neste contexto, estão definidos os seguintes *objectivos específicos* de cada área de intervenção do Ministério da Agricultura:

1. Apoiar o sector de pequenos agricultores a desenvolverem as actividades relacionadas com a agricultura e recursos naturais por forma a melhorarem os seus meios de subsistência
2. Estimular o aumento da produção com base na agricultura e recursos naturais, para garantir uma produção doméstica suficiente para satisfazer as necessidades básicas de alimentação de todos os Moçambicanos e aumentar os níveis de receita nas zonas rurais. Isto deverá ser complementado com a promoção e desenvolvimento de agro-indústrias que acrescentem valor aos produtos agrários do país para o mercado nacional e exportação
3. Garantir uma gestão sustentável de recursos naturais que trague resultados económicos, sociais e ambientais com base numa gestão adequada (acesso, segurança do título de posse e direitos) e acções de conservação que envolvam as comunidades, o sector público e os interesses do sector privado.

Para que os objectivos preconizados sejam atingidos, as decisões presentes sobre investimentos dentro das áreas horizontais deverão ser orientadas pelos seguintes pressupostos:

1. Políticas e estratégias sub-sectoriais bem desenhadas com base em investigação sólida
2. Processos de planificação orientados para a procura a nível nacional e local
3. Processos de planificação mais orientados para o nível provincial e distrital de forma que reflectam a realidade dos beneficiários

Quanto à coordenação com outros sectores, este conceito tem a dimensão de maximização do retorno do investimento multi-sectorial na medida em que, em muitos casos, assistimos a intervenções no sector da agricultura que são financiadas de fora do quadro das despesas públicas, e implementadas principalmente pelas ONGs. Assim, existem vários factores exógenos ao sector agrário que influenciam a capacidade dos produtores agrícolas de tirarem melhores vantagens nas suas actividades agro-pecuárias. Esses factores são transversais na sua natureza e ultrapassam as atribuições do MINAG. Assim sendo, o MINAG não pode, por si só, atingir o desenvolvimento agrário sem uma abordagem horizontal que reflecta a tomada em conta do papel dos outros sectores em cujo âmbito se enquadram os problemas não-agrários com tais influências para o desempenho deste sector.

A coordenação horizontal, tanto dentro do sector agrário como entre este e outros sectores, pressupõe uma boa capacidade de identificação das actividades que vão para além do âmbito de cada sub-sector e do MINAG como um todo. Por exemplo, é necessário identificar as várias actividades, acções, programas e objectivos que contribuem para um único objectivo estratégico, e as instituições em cujo âmbito recai a realização dessas actividades.

Na prática, é muito pouco provável que um investimento isolado de aumento da produtividade, por exemplo, seja bem sucedido em termos de impacto se não forem feitos investimentos nas estradas e em outras infra-estruturas comerciais, no agro-processamento, no acesso aos mercados domésticos e de exportação.

No geral, a coordenação horizontal para além do MINAG inclui actividades como a provisão de crédito; a agro-indústria e análise da viabilidade dos investimentos de pequenas e médias agro-indústrias, financiando tanto os estudos assim como a provisão de recursos para a criação e expansão de pequenas e médias empresas agrárias, as estradas rurais e o apoio às associações de comerciantes e produtores, através do crédito assim como da capacitação, assistência técnica, estudos de mercado, entre outras.

O desenho das políticas e estratégias de intervenção do MINAG a longo prazo tem implicações relativamente ao desempenho do sector e, de um modo mais geral, em relação ao desenvolvimento rural. Isto a dois níveis:

1. Políticas, dado que existem políticas múltiplas cujo mandato não pertence ao MINAG mas sim a outras entidades do Governo, cujo impacto sobre a agricultura, porém, tem de ser tomado em consideração e melhor coordenado, a exemplo das vias de acesso e do processo de comercialização agrária
2. Actividades concretas de outras entidades do Governo e das operações “extra orçamentais” em outros sectores que não a agricultura, que influem no sector agrário – alguns programas de desenvolvimento rural não harmonizados com o sector (rádios comunitários, etc., que podem ajudar a questão dos mercados agrários)

Uma questão muito importante que tem de ser enfatizada é que o MINAG não irá necessariamente estar à frente desta coordenação, especialmente porque a nível provincial e distrital, o Governo definiu as estruturas de coordenação cuja liderança pertence essencialmente a diferentes níveis do Governo local, no quadro da Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE).

As principais tarefas do MINAG neste sentido serão:

1. A nível central: garantir que exista um diálogo e sensibilização permanente sobre

estas ligações enquanto se procura influenciar políticas específicas como resultado disso, numa forma que possa beneficiar a agricultura e o desenvolvimento rural. O Comité Inter-Ministerial para o Desenvolvimento Rural vai jogar um papel importante a este respeito sem excluir outras formas de diálogo possivelmente liderado pelo MPD

2. A nível provincial e distrital: participar activamente e apoiar os mecanismos de coordenação definidos e implementados no contexto da Lei dos Governos Locais, sob a liderança das autoridades provinciais e distritais

Contudo, a questão aqui não deve cingir-se apenas ao reconhecimento da necessidade da coordenação inter-sectorial, mas deve incluir também uma análise de como estes programas são articulados dentro do MINAG de uma forma harmoniosa, definindo-se novas modalidades operacionais que vão compreender outras instituições do Estado assim como outros actores de desenvolvimento no sector. De facto, é necessário ir para além da coordenação e efectivamente promoverem-se acções estratégicas que irão beneficiar a agricultura.

Quais as implicações da coordenação horizontal para os mecanismos de planificação e gestão? Primeiro, a nova abordagem precisa de ser orientada de uma forma descentralizada, mas mantendo-a numa perspectiva a nível nacional para que os objectivos sejam estabelecidos, as propostas sejam solicitadas, revistas e financiadas, e para que os objectivos estratégicos mais abrangentes do MINAG sejam mantidos. Isto constitui um objectivo chave do conselho de gestão horizontal.

Em segundo lugar, embora muitos dos principais factores que influenciam o sucesso agrário estejam para além do mandato do MINAG é sua responsabilidade criar um ambiente favorável para uma agricultura dinâmica, competitiva e que seja o motor de desenvolvimento, isto significa, que ele tem um interesse válido em garantir que esses factores sejam abordados de forma apropriada na forma e no seu conteúdo. Isto irá implicar uma cooperação entre os ministérios cujos mandatos afectem a agricultura, a nível nacional e local estruturando e/ou reactivando fóruns específicos sobre a matéria.

Em terceiro lugar, como um dos maiores grupos dos actores do lado da procura para a mudança no sector agrário, o MINAG tem um papel importante para garantir que os doadores e o MINAG possam criar e manter uma parceria muito eficaz.

Quarto, a sociedade civil em geral vai precisar de criar mecanismos através dos quais ela possa participar numa forma eficaz como um dos parceiros privilegiado. E finalmente, montantes significativos de financiamento externo para a agricultura são extra-orçamentais e não estão sujeitos ao quadro de planificação, aos mecanismos de financiamento, e aos Princípios Básicos do MINAG. Contudo, alguns desses fundos desviaram tempo e atenção das principais prioridades. O MINAG via *ProAgri* e planificação participativa, deve encontrar mecanismos de abordar este problema e, para isso, terá que levar a sério a natureza abrangente do sector que o MINAG é, de forma a

garantir que todas as actividades e fundos dentro do sector sejam orientadas pelo seu quadro e sujeitas às suas regras.

As funções indicadas acima precisam de ser executadas para garantir que, como um todo, o MINAG seja eficaz. Elas são o primeiro passo para a definição de ajustamentos institucionais necessários para apoiar a implementação eficaz dos programas do MINAG e irão precisar de discussão adicional.

4.3.3 Mercados e Capacidade Organizacional

O acesso dos produtores aos mercado de produtos e insumos agrários é um dos aspectos críticos para a garantia do retorno dos investimentos feitos pelos sectores público e privado no contexto do aumento da produção e produtividade. Por essa razão qualquer intervenção com vista ao aumento da produtividade e ao incentivo à adopção de tecnologias e retorno dos investimentos feitos, deve tomar em conta a integração dos produtores no mercado.

Na actualidade, tem havido progressos no desenvolvimento dos mercados como resultado de vários factores, como por exemplo o melhoramento das infra-estruturas de transporte, avanços nas ligações de mercados, estabilização da inflação e das taxas de câmbios, a liberalização dos preços e a redução das tarifas de importações dos insumos. Por outro lado, as oportunidades do sector privado na comercialização agrícola tem crescido como resultado do desenvolvimento e estabelecimento de um ambiente aberto e operacional que tem estado a permitir a recuperação da produção agrícola. Apesar destas melhorias, os produtores moçambicanos continuam a enfrentar problemas e entre os vários os mais importantes são:

1. A a baixa produtividade que aiumenta o risco de perdas derivadas das oscilações de preços de curto prazo;
2. O isolamento dos produtores como resultado da baixa densidade populacional e dispersão geográfica;
3. O fraco desenvolvimento da rede de transporte e outras infra-estruturas económicas rurais;
4. O fraco acesso aos mercados a nível da comunidade, os produtores precisam de fazer longas distancias (mais de 15 km) para poderem vender ou comprar produtos de que necessitam;
5. Acesso limitado aos serviços financeiros;
6. Cobertura limitada dos Serviços de Extensão; e

7. Fraca cobertura pelos meios de comunicação da grande parte do país, especialmente as zonas rurais; e
8. Altos custos de transacção derivados da dispersão geográfica e da fraca organização dos pequenos produtores rurais em associações de produtores.

Como resultado de todos estes problemas, os mercados domésticos continuam em geral subdesenvolvidos, o que tem sido um dos principais constrangimentos ao desenvolvimento do sector agrário em Moçambique. Como resultado, os pequenos produtores rurais têm pouca integração no mercado e tiram poucos benefícios das oportunidades de colocação dos seus produtos no mercado.

O contexto da integração de Moçambique no mercado regional e internacional deve ser como uma componente importante do acesso dos produtores moçambicanos aos mercados. Neste aspecto, é preciso que se tenha em conta o potencial agro-ecológico de cada região do país e as vantagens que se podem tirar disso para ligações ao mercado regional e internacional. O grande potencial do norte e centro de Moçambique para a produção de milho, por exemplo, deve ser considerado na avaliação de vantagens que o país pode tirar ao exportar este produto para países vizinhos com défices cíclicos na produção deste cereal. Uma vez identificada e estudada uma tal oportunidade, o aproveitamento desse mercado de exportação pode ter efeitos positivos sobre as economias e mercados locais nos distritos directamente beneficiários, ao mesmo tempo que melhora a Balança Comercial do país como um todo.

O desenvolvimento dos mercados merece uma atenção especial deve ser feito com base numa abordagem participativa, que conte com um papel claro do sector público, dos produtores e dos próprios produtores. Neste sentido, cada um dos sectores pode desempenhar papeis específicos. Por exemplo:

1. O sector público pode criar mais transparência nos mercados rurais através do melhoramento de informação sobre oportunidades de mercados e padrões de qualidade; pode adoptar políticas claras para estimular o desenvolvimento de mercados de produtos com um elevado valor comercial, ou para o fortalecimento do mercado de insumos numa base comercial, que não descure nem sobre-estime a importância da distribuição gratuita de insumos às populações afectadas por situações de emergência ou grupos vulneráveis nas zonas de baixo potencial agrícola;
2. O sector privado pode fazer investimentos em infra-estruturas de armazenamento e processamento que contribuam para o fortalecimento dos mercados domésticos, e pode haver melhor pesquisa e análise das oportunidades de crédito ao sector da agricultura, quer trabalhando-se em esquemas de fomento de culturas com grande potencial para o mercado, quer trabalhando-se com grupos de produtores devidamente organizados.

3. Os produtores, grandes ou pequenos, podem organizar-se por forma a tirar melhores vantagens das oportunidades de mercado que se lhes apresentam, incluindo o investimento em esquemas de crédito de inventário para facilitar o armazenamento comunitário dos produtos destinados à comercialização. Os produtores podem, organizados em associações ou não, investir em acções de *advocacia* junto do sector público por forma a manterem ligações funcionais com o sector público para melhor tirarem vantagem das oportunidades de exportação.

Neste contexto, as associações de produtores podem jogar um papel importante em varias vertentes. Elas podem, por exemplo, ser muito importantes na gestão de risco e reduzir os custos de transação; quando desenvolvidas com apoio e orientação para o mercado, podem gerar benefícios para todos intervenientes; podem aumentar as economias de escala nos mercados de insumos e de produtos; podem facilitar o processo de acesso ao crédito; podem contribuir para reduzir os custos operacionais; podem organizar-se para ter acesso a recursos comuns e melhorar a capacidade de negociação durante o processo comercialização de produtos; e podem ser um veículo para trazer as preocupações dos camponeses para fóruns apropriados.

Pela importância que estas associações têm no desenvolvimento dos pequenos produtores, o governo pode apostar na criação de um ambiente de favorável para a criação deste tipo de estruturas organizacionais. A promoção de associações de produtores tem uma componente de facilitar a interacção entre os operadores do mercado e as instituições numa maneira mutualmente benéfica para todos os participantes. Assim, o desenvolvimento destas estruturas organizacionais deve ser visto como uma meta de médio a longo prazo, olhando-se sempre para as condições locais e tentado promover as boas práticas entre as associações.

4.3.4 Pesquisa, Análise e Desenvolvimento

Os elevados níveis de produtividade conseguidos pela agricultura nos países desenvolvidos são o resultado de uma clara fusão entre ciência, tecnologia e prática. Contudo, tal fusão não apareceu de forma simples e fácil.

Desde a década de 1970 que tem sido preocupação dos pesquisadores a questão da nova abordagem de desenvolvimento tecnológico da agricultura. Assim, nasceu o paradigma da pesquisa sobre os sistemas agrários, o qual se desenvolveu de forma rápida, de um simples conjunto de ideias para passar a ser um conceito dominante nos anos 80 tanto na literatura sobre desenvolvimento agrário como na organização dos sistemas de extensão e investigação agrária.

Desde então, a investigação agrária, aliada à sua aplicação prática através dos serviços de extensão, tem sido tomada como um dos pilares do desenvolvimento agrário nos últimos tempos, traduzidos nos aumentos de produtividade. Existe, portanto, a

necessidade de se olhar para a investigação agrária como um dos pilares para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável em Moçambique. Uma abordagem de investigação agrária adaptativa que seja sensível aos factores biológicos, económicos e sociais que têm influências sobre a gestão dos sistemas de produção é fundamental.

Um desenvolvimento sustentável da agricultura corporizado num aumento da produção e produtividade e na adopção de novas tecnologias sustenta-se na pesquisa e análise, que é um dos principais pilares de desenvolvimento agrário. Nos países actualmente desenvolvidos, o desenvolvimento da agricultura tem sido associado a um forte investimento na investigação, onde cada zona agro-ecológica tem atenção especial em função do seu potencial produtivo.

Em Moçambique, a pesquisa formal no ramo da agricultura começou a ser desenvolvido nos meados do século passado (1940) através de inquéritos sobre recursos naturais, botânicos e estudos veterinários, seguidos de pesquisas orientadas para fins comerciais.

No entanto, a real emergência da pesquisa sistemática no ramo agrícola em Moçambique apenas começou em 1965 com a criação formal do Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique o (IIAM), seguida da criação do Instituto de Investigação Veterinária de Moçambique .

A situação actual da investigação (apresentada no primeiro capítulo) sugere que Moçambique precisa de investir muito na capacitação institucional do seu Instituto de Investigação Agrária em matéria de recursos humanos. Em primeiro lugar, o capital humano qualificado é fundamental para dar resposta às necessidades dos produtores, porquanto actualmente a sua capacidade para o bom desempenho das suas atribuições é limitada. Em segundo lugar, a concentração dos quadros superiores a nível central ao invés das estações de pesquisa dos centros zonais é outro elemento que limita a capacidade de o IIAM concorrer para fazer a implementação das prioridades de pesquisa nas diferentes zonas agro-ecológicas do país, dando resposta às suas atribuições. Em terceiro lugar, existe uma certa concentração para determinadas áreas de pesquisa em detrimento de outras. Por exemplo, a área de ciências vegetais abarca 38% dos técnicos do IIAM, contra 29% na pesquisa em recursos naturais e 28% na área de ciências animais. Uma das áreas a investir seriamente é a sócio-económica que possui ainda estudos limitados e parte deles em processo, uma vez que tais análises irão ajudar o sector a cruzar informação e a complementar o entendimento sobre a investigação e pesquisa agrária bem como os seus utilizadores.

A segunda limitante para o desempenho do IIAM está relacionada com os limitados recursos financeiros. Embora a introdução do ProAgri tenha alterado substancialmente a orientação de financiamento das actividades no Ministério, passando de um esquema de financiamento em função das prioridades dos doadores para um sistema de priorização institucional integrado e coordenado, e de um esquema em que os doadores canalizavam os seus fundos directamente para os projectos do seu interesse para

uma situação em que os fundos são canalizados para as diferentes actividades via Orçamento Geral do Estado (OGE), ainda não tem havido avanços significativos na canalização dos fundos necessários para uma investigação agrária que tome em consideração as necessidades de desenvolvimento locais baseadas no potencial agro-ecológico, e nem tem havido grandes avanços no aumento da produção e produtividade.

A investigação agrária está intimamente relacionada com a capacidade analítica. No sector agrário em Moçambique, existe uma história recente de investimento na criação da capacidade de análise, o que vêm dando resposta à necessidade de se fazer uso dos dados estatísticos para uma análise orientada para a utilização dessa mesma informação estatística para a orientação em matéria de políticas agrárias.

Em Moçambique, não existe um estudo sobre a evolução da capacidade dentro do MINAG para a análise dos dados estatísticos produzidos pelo próprio Ministério, nem sobre a utilização e distribuição da capacidade actualmente existente no sector. Estudo desta natureza permitiria melhorar o conhecimento da realidade actual e da capacidade institucional para dar respostas às necessidades de fazer assessoria técnica ao sector na tomada das decisões sobre o rumo do investimento público e não só.

Que implicações isto trás para a pesquisa em políticas? A investigação agrária em Moçambique deve ser ligada à necessidade de pesquisa em políticas, para se monitorar, a todo o momento, o impacto dos avanços conseguidos no âmbito da investigação agronómica sobre a produção real. Tal relação terá implicações importantes sobre o desenho e acompanhamento de políticas. A este respeito, existem duas perguntas cujas respostas se apresentam importantes. E a pesquisa em políticas tem que permitir dar respostas às seguintes questões:

1. Qual é a força motriz as estratégias de desenvolvimento? Será parte de um processo de aprendizagem racional com base nas experiências do passado, ou é o resultado de um processo “*ad hoc*” movido por objectivos e motivações de curto prazo?
2. Em que medida é que a pesquisa em política é informativa para o processo, e de que maneira é que ela poderia ser feita de forma efectiva para guiar o processo no futuro?

Estas perguntas apresentam-se importantes para as pesquisas futuras sobre as estratégias de desenvolvimento e aprendizagem das experiências e erros do passado para o desenho de programas de desenvolvimento de longo prazo.

As constantes e profundas mudanças do ambiente económico internacional e a necessidade de se pensar em medidas fiscais e monetárias conducentes ao desenvolvimento de longo prazo são alguns dos desafios do presente. O mundo procura alcançar várias metas em simultâneo, nomeadamente o crescimento económico, a redução da pobreza, um melhor ambiente, melhores condições de saúde e educação,

equidade de gênero e boa governação, entre e outras. Todos estes objectivos universais de desenvolvimento devem ser considerados no desenho e análise de políticas agrárias do país.

As pesquisas pró-desenvolvimento devem ter em conta outros desafios. Um dos grandes desafios é superar uma das limitantes da agricultura dos países subdesenvolvidos na actualidade que é o paradoxo entre as necessidades de maiores investimentos e a necessidade dos aspectos ambientais. Por exemplo, existe a justificação para grandes investimentos em barragens para irrigação, mas os projectos para tal precisam de passar por um conjunto de análises sobre a sua viabilidade económica, social e ambiental. Como resultado, as pesquisas em matéria de políticas agrárias na actualidade enfrentam o desafio de terem em conta as variáveis sociais e ambientais no lugar de se limitarem ao aumento da produção e produtividade para prover a sociedade de alimentos e fibras.

4.4 Compatibilização dos Critérios com os Pilares de Desenvolvimento do Sector

O sucesso da utilização dos critérios para a definição das prioridades depende da sua compatibilização com os pilares de desenvolvimento do sector. A Tabela 4.4 apresenta o quadro geral dessa compatibilização.

Critérios	Pilares Básicos			
	Cadeias de Produção e Valor	Coordenação Horizontal	Mercados e Capacidade Organizacional	Pesquisa, Análise e Desenvolvimento
Potencial para a redução da pobreza, aumento da segurança alimentar e geração da riqueza	O investimento na cadeia de produção e valor cria valor acrescentado, gera emprego, aumenta a segurança alimentar e a geração da riqueza	As acções multi-disciplinares conseguidas em resultado da coordenação horizontal têm o potencial de facilitar a melhoria das ligações na cadeia de uma forma sistémica	O acesso aos mercados constitui um grande incentivo para o aumento da produção e produtividade e, consequentemente, o aumento da segurança alimentar e redução da pobreza	A pesquisa, análise e desenvolvimento aumentam a capacidade de identificação das oportunidades em termos de produtos agrários com maior potencial para a redução da pobreza
Potencial agroecológico para o aumento da produção agrária competitiva	O potencial agro-ecológico só pode ser integralmente aproveitado, com efeitos positivos sobre a economia como um todo, se houver investimentos em toda a cadeia de produção e valor para se acrescentar valor aos produtos	A coordenação horizontal, quer dentro do MINAG requer entre este e outros sectores traz mais-valia para o aproveitamento do potencial agro-ecológico. As oportunidades existentes quer no mercado doméstico quer no contexto regional requerem ligações horizontais estruturais	Para que o aproveitamento do potencial agro-económico seja o maior possível, este deve estar alinhado com um leque de informação sobre as oportunidades de mercado e com uma maior capacidade de organização dos produtores	A pesquisa, análise e desenvolvimento é essencial para o aproveitamento do potencial agro-ecológico. O surgimento de culturas emergentes é um exemplo de como, sem análise e pesquisa, o potencial agro-ecológico pode não ser aproveitado
Potencial para a promoção da diversificação na base produtiva	A abordagem de cadeia de produção e valor permite investimentos em produtos agrários que promovem a diversificação na base produtiva	A coordenação horizontal ajuda no estabelecimento das mesmas prioridades ou sua harmonização em termos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e descoberta de novos mercados	A diversificação ajuda na conquista de nichos de mercados através da descoberta de culturas de alto valor, com grande potencial no mercado internacional, e reduz o risco em termos de factores climáticos, pragas e doenças e na oscilação de preços	A diversificação da produção deve, em parte, ser guiada pelos resultados da pesquisa, análise e desenvolvimento. A diversificação requer mais investimentos na pesquisa
Potencial para a adopção de tecnologias com base nas oportunidades existentes	A adopção de tecnologias novas está correlacionada com a adição de valor ao produto que, por sua vez, está relacionada com as oportunidades criadas pela demanda no país, região e mundo	A coordenação horizontal permite que o desenvolvimento tecnológico seja feito em harmonia com as necessidades de mercados e desafios de qualidade e adição de valor	A adopção de tecnologia aumenta a produtividade e, consequentemente, maiores volumes de produção. Os produtores precisam de se organizar para conquistar os mercados, aumentar o poder negocial e a sua renda	A pesquisa, análise e desenvolvimento aumenta a capacidade de se aproveitar o potencial para a adopção de tecnologias com base nas oportunidades existentes

4.5 Prioridades de Desenvolvimento por Componente Agrária

4.5.1 Componente Serviços Agrários

A componente serviços agrários compreende os sectores da agricultura, pecuária e irrigação.

A. Agricultura

A.1 Objectivos de Longo Prazo

O objectivo do sector agricultura visa essencialmente a criação de condições que permitam o melhoramento do provimento dos serviços públicos agrários para o aumento dos níveis de produção e produtividade agrícolas, com vista ao aumento dos rendimentos das famílias, segurança alimentar e nutricional.

Especificamente, os objectivos do sector agricultura até ao final do quinquénio 2005-2009 estão sumarizados por áreas como se segue:

1. Na Área de Sementes

- Velar pela qualidade física e fisiológica de sementes, a nível nacional
- Supervisar os laboratórios públicos e privados que procedem à análise de sementes, e estabelecer a ligação com as instituições de investigação
- Manter e actualizar a Lista Oficial de Variedades e efectuar o seu registo

2. Na Área de Sanidade Vegetal

- Velar pelo cumprimento da legislação sobre a Inspeção Fitossanitária e de Quarentena;
- Estabelecer mecanismos de prevenção e controlo de pragas e doenças, a nível nacional e assegurar a colaboração com os organismos regionais e internacionais especializados nesta matéria.
- Garantir a defesa fitossanitária a nível nacional.
- Fazer o registo e o controlo da utilização e maneiio de agro-químicos destinados à produção agro-pecuária e outros usos.
- Garantir o controlo integrado de pragas, doenças e infestantes de culturas agrícolas.

3. Na Área de Aviso Prévio e Culturas

- Assegurar informação sobre a evolução da campanha agrícola e promover o desenvolvimento da produção agrícola e a sua valorização.
- Recolher dados agro-meteorológicos e analisar o seu impacto nas culturas agrícolas.
- Assegurar o desenvolvimento de tecnologias melhoradas para as culturas agrícolas, incluindo insumos e agro-processamento.

4. Na Área de Segurança Alimentar e Nutricional

- Estabelecer a coordenação com entidades públicas e privadas que actuam na área da segurança alimentar e nutricional

A.2 Prioridades

A definição das prioridades do sector Agricultura, teve como base os seguintes critérios:

1. As linhas gerais do desenvolvimento do sector agrário, reflectidas nos objectivos e prioridades do Governo (O programa do Governo estabelece como prioridades a autossuficiência e segurança alimentar em produtos básicos, promover e apoiar o desenvolvimento do sector familiar, cooperativo e privado e a criação de emprego, assegurar o fornecimento de matéria-prima para a indústria nacional,)

2. Potencialidades (de mercado, agro-ecológicas, indústrias, número de famílias envolvidas ou envolver na produção de determinadas culturas,);
3. Existência de infraestruturas e conhecimentos (vias de acesso, sistemas de irrigação, experiência de produção dos produtores, tecnologia,);

Enquanto ao MINAG, cabe a responsabilidade de definir prioridades a nível nacional, exercício que deve ser feito ao nível provincial e distrital, por forma a assegurar que as prioridades a esses níveis reflectam as necessidades dos produtores, tendo em conta a grande diversidade agro-ecológica, bem como os aspectos sócio-culturais.

Para a identificação das prioridades, seguiu-se a seguinte metodologia:

1. Aos três critérios acima mencionados foram atribuídos os seguintes ponderadores:

Objectivos do Governo	–	45%
Potencialidades	–	35%
Infraestruturas/conhecimentos	–	20%

2. Com base nestes critérios e na análise dos mapas de aptidão agro-ecológica para cada cultura (do IIAM), foram identificadas as províncias com aptidão para cada culturas

Com base nesta metodologia foram identificadas as seguintes prioridades do sector Agricultura a curto/médio e longo prazos:

Tabela A.2 Culturas Prioritárias e as Respectivas Províncias de Maior Potencial

Culturas Prioritárias	Províncias com Maior Potencial
Milho	Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Tete, Zambézia, Manica e Sofala
Arroz	Maputo, Gaza, Sofala e Zambezia
Feijões	Todo país
Tabaco	Manica, Tete, Niassa, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado
Algodão	Sofala, Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia
Soja	Tete, Sofala, Manica, Nampula
Côco	Inhambane, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado
Hortícolas	Maputo, Gaza, Manica, Sofala, Tete
Batata reno	Maputo, Tete, Manica, Niassa
Cana de açúcar	Maputo, Sofala, Zambézia
Cajú	Gaza, Inhambane, Nampula, Cabo Delgado
Citrinos	Maputo, Inhambane, Manica
Manga	Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado
Litches	Maputo, Manica, Niassa, Tete
Banana	Maputo, Gaza, Manica, Sofala
Mandioca	Inhambane, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia

B. Pecuária

B.1 Objectivos de Longo Prazo

O aumento da população moçambicana, o crescimento dos índices de urbanização e do poder de compra dos consumidores irão promover, a longo prazo, maior procura de produtos pecuários e criar novas oportunidades de desenvolvimento do sub-sector pecuário.

O objectivo central da política de desenvolvimento pecuário é o de aumentar a contribuição da pecuária na redução da pobreza e no crescimento económico nacional.

Mais especificamente, a política visa a criação simultânea de um ambiente favorável para o desenvolvimento da pecuária dos criadores familiares e dos comerciais.

A componente pecuária define os seguintes objectivos específicos para o quinquénio 2005-2009:

1. Remover as barreiras que inibem o desenvolvimento do sector comercial para permitir o aumento da capacidade de produção, da produtividade e da competitividade dos produtos pecuários no mercado nacional e internacional.
2. Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento da pecuária familiar de uma forma integrada e sustentável, através da remoção dos principais problemas que afectam os pequenos criadores nos vários segmentos da cadeia de produção, comercialização, processamento industrial dos produtos pecuários.
3. Desenvolver o sistema de vigilância, prevenção e controlo de doenças animais em defesa do desenvolvimento da produção pecuária nacional.
4. Garantir a preservação da saúde pública veterinária através do controlo da qualidade dos alimentos de origem animal.

B.2 Prioridades

Os quatro objectivos específicos definidos para a componente pecuária induzem à definição de três prioridades:

1. Fomentar a produção e a comercialização de gado bovino e de pequenos ruminantes visando a criação de capacidade para o abastecimento do mercado interno para a exportação
2. Relançar a produção e a comercialização de leite com base em sistemas de produção de pequena escala nas regiões do País com potencial para o efeito
3. Apoiar o desenvolvimento da avicultura comercial e familiar visando a redução das importações de produtos avícolas e o aumento da renda dos pequenos produtores

C. Irrigação

C.1 Objectivos de Longo Prazo

O objectivo do sector irrigação é o desenvolvimento de uma agricultura irrigada intensiva, diversificada, eficiente e sustentável visando o aumento da produção agrícola, a diminuição da pobreza e o desenvolvimento económico e social através do uso racional da água e do solo.

Mais concretamente, foram definidos sete objectivos específicos a atingir até o ano de 2009:

1. Definir os instrumentos de política e respectiva regulação e aplicados em todo o território nacional;
2. Definir e aplicar os regulamentos para a operação dos regadios sub-sector
3. Definir metodologias para a formação e o fomento das associações de regantes
4. Definir metodologias e objectivos para a pesquisa e a difusão de tecnologias
5. Definir metodologias para a expansão da infraestrutura irrigante
6. Capacitar o sector para a implementação das suas atribuições a nível nacional
7. Implementar um cenário mínimo de desenvolvimento de áreas irrigadas baseada sobretudo na reabilitação de sistemas existentes.

No geral, o desenvolvimento do sector requer intervenções simultâneas nos campos de formulação de políticas de desenvolvimento baseada fundamentalmente na elaboração de um plano estratégico e do desenvolvimento de uma carteira de projectos.

C.2 Prioridades

As prioridades do sector de irrigação estão directamente relacionadas os objectivos do sector para o longo prazo. No entanto, um detalhe maior das prioridades estará disponível após a elaboração de um plano estratégico do sector. No curto/médio prazo, as prioridades do sector irrigação consistem:

1. Na reabilitação e expansão das áreas irrigadas com base na irrigação de pequena escala
2. Na reabilitação e expansão das áreas irrigadas com base no desenvolvimento de esquemas de grande escala do sector público

Para tal, deverão ser definidos para seguidamente serem implementados os

seguintes instrumentos de trabalho:

1. O Plano Estratégico para o desenvolvimento do sector
2. O Desenvolvimento da carteira de Projectos
3. A perspectiva para o desenvolvimento da irrigação de pequena escala e com o sector privado, baseada em opções de política claras
4. A perspectiva para o desenvolvimento de regadios de média e grande escala
5. Um Programa de desenvolvimento Institucional do Sub-sector aos níveis nacional e provincial, incluindo as necessidades de treinamento, de recrutamento e de desenvolvimento da capacidade técnica
6. Um plano de acção para o desenvolvimento da irrigação a curto, médio e longo prazos, baseado no Inventário Nacional de Regadios existente e em critérios bem definidos (Diminuição da pobreza, benefício-custo, etc)

4.5.2 Componente Terras e Florestas e Fauna Bravia

A. Terras

A visão do sector de administração e gestão de terras é a de “ser uma instituição moderna, eficiente, transparente e proactiva que garanta uma administração e gestão sustentável e equilibrada da terra que traga resultados económicos, sociais e ambientais com base numa gestão adequada e acções de conservação que envolvam as comunidades locais, o sector público e os interesses do sector privado.”

A missão do sector de administração e gestão da Terra é a de coordenar todo o processo de administração e gestão da terra com vista a:

1. Garantir a segurança de posse às comunidades locais e ocupantes nacionais de boa-fé
2. Garantir o acesso rápido e célere à terra às pessoas singulares e colectivas nacionais e estrangeiras que tenham iniciativas económicas e sociais que concorram para a redução da pobreza absoluta
3. Prover a informação sobre terra adequada de modo a permitir fundamentar a planificação e distribuição dos recursos do país

A.1 Objectivos de Longo Prazo

O objectivo de desenvolvimento do sector de administração e gestão da terra é a de continuar com a simplificação dos procedimentos de tramitação processual para o acesso à terra no quadro da legislação vigente, dando uma atenção especial às comunidades locais e aos pequenos produtores, garantindo-se o respeito pelos seus direitos de acesso à terra.

Especificamente, o sector de administração e gestão de terras pretende:

1. Garantir a segurança, posse e acesso da terra, em particular, ao nível do produtor familiar e promover a sua gestão melhorada
2. Garantir o acesso e posse de terras e participação activa da mulher nos órgãos de tomada de decisões sobre a gestão da terra
3. Acelerar o processo de autorização de direitos de uso e aproveitamento da terra
4. Garantir uma gestão sustentável de recursos naturais que traga resultados económicos, sociais e ambientais com base numa gestão adequada (terra, florestas, fauna e água) e acções de conservação que envolvam as comunidades, o sector público e os interesses do sector privado
5. Assegurar o acesso a posse segura de terra infra-estruturada (acesso a água potável, saneamento adequado, electricidade e titularização)

A.2 Prioridades

As prioridades do sector de administração e gestão da terra para 2005–2009 assentam fundamentalmente na operacionalização de mecanismos técnicos necessários para o fortalecimento da capacidade institucional na provisão de serviços ao público de elevada qualidade e de uma forma moderna, eficiente, transparente, célere e proactiva através de:

1. Aplicação de tecnologias de informação modernas para o registo electrónico de terras, no âmbito da digitalização do Cadastro Nacional de Terras
2. Levantamento, inventariação e mapeamento da ocupação, uso e aproveitamento de terra
3. Melhoramento e consolidação dos procedimentos simplificados de autorização de direitos de uso e aproveitamento da terra

4. Desenvolvimento de acções para a divulgação e disseminação da legislação sobre terras
5. Operacionalização da fiscalização do cumprimento da legislação sobre terras e dos planos de exploração a todos os níveis
6. Criação e operacionalização dos Serviços de Cadastro nos Distritos e Municípios onde haja maior pressão na procura de terras
7. Melhoria da capacidade de cobrança, consignação e gestão de taxas anuais de uso e aproveitamento da terra
8. Desenvolvimento e capacitação institucional dos Serviços de Cadastro ao nível central, provincial, distrital e municipal com destaque para reforma, modernização, capacitação e reforço

Em jeito de conclusão, com a visão, missão e as prioridades do sector de terras pretende-se reforçar o quadro político sectorial à medida das transformações económicas e sociais registadas no País, como um instrumento fundamental para o reconhecimento, salvaguarda e garantia da segurança de posse de terras às comunidades locais e pessoas singulares nacionais de boa-fé, bem como a promoção do investimento e garantias dos direitos de uso e aproveitamento da terra à pessoas singulares e colectivas nacionais e estrangeiras que tenham iniciativas económicas e sociais para a redução da pobreza absoluta.

B. Florestas e Fauna Bravia

B.1 Objectivos de Longo Prazo

O objectivo de longo prazo para o desenvolvimento do sector de Floresta e Fauna Bravia é definido na política da seguinte forma: “Proteger, conservar, desenvolver e utilizar os recursos florestais e faunísticos de uma forma racional e sustentável para garantir os benefícios sociais, ecológico e económico da presente e futuras gerações da população Moçambicana”.

Constitui então visão do sector a longo prazo: "garantir a provisão de serviços ecológicos, económicos e sociais para a manutenção da produção agrária e assim contribuir para a redução da pobreza absoluta no país".

B.2 Prioridades

O sector de florestas e fauna bravia pretende engajar-se activamente e contribuir para a redução da pobreza absoluta usando melhor o seu potencial.

Deste modo, pretende-se dar continuidade as intervenções que facilitem a entrada, acção, e expansão das comunidades, sector privado e outros intervenientes no sector florestal e de fauna bravia, tendo em vista a geração de empregos, o aumento da renda familiar e a sustentabilidade de uso de recursos naturais a longo prazo.

As prioridades principais a empreender no âmbito das florestas e fauna bravia são:

1. Estabelecer e operacionalizar os sistemas de inventário nacional e local de recursos
2. Capacitar as comunidades de modo a que estas possam se organizar e participar mais activamente na gestão dos recursos florestais e faunísticos permitindo-as receber os benefícios que daí possam advir e contribuindo para a redução da pobreza
3. Educar as populações sobre a importância das Florestas e da Fauna Bravia e tomar medidas para contenção das actividades ilegais através do envolvimento das comunidades rurais no processo de fiscalização o que permitirá a geração de empregos (agentes comunitários) e obtenção de benefícios provenientes das participações
4. Conceber e implementar políticas e programas para o repovoamento florestal e faunístico com o envolvimento das comunidades e sector privado. Encorajar a iniciativa privada de reflorestamento industrial e comercial e promover a participação da populações em programas de reflorestamento criando maior oportunidade para a geração de emprego no meio rural
5. Aumentar a comercialização e o valor acrescentado dos recursos Florestais e Faunísticos através da elevação da sua eficiência de transformação e aproveitamento completo e racional e, reduzir a exportação de madeira em bruto, compensando-a pela exportação de produtos transformados o que induzirá ao maior aproveitamento da capacidade industrial instalada e aproveitamento da mão de obra local.
6. Capacitar as comunidades para aumentar a produtividade e rentabilidade das suas actividades e apoiá-las no estabelecimento de parcerias com as ONGs e os investidores privados durante o processo de delimitação e negociação da terra, dos recursos florestais e água existentes nas suas áreas comunitárias.

7. Melhorar o sistema de finanças rurais, incentivando a poupança e providenciando expansão ou aparecimento de novas instituições financeiras e de crédito rurais para as PME's do sector florestal e faunístico
8. Incentivar o surgimento de pequenos negócios de manejo florestal através da criação de grupos de interesse (carvoeiros, artesãos, apicultores, lenhadores, colectores de plantas medicinais, etc.) e associações ao nível das comunidades. Isto permitirá a acumulação de capital dos pequenos produtores e consequentemente garantir reinvestimentos na actividade
9. Promover o aumento da produtividade agro-silvo-pastoril e do rendimento monetário dos agregados familiares rurais utilizando tecnologias de trabalho intensivo, em consonância com a gestão sustentável dos recursos naturais. Isto poderá contribuir para reduzir a vulnerabilidade dos agregados familiares e a insegurança alimentar crónica.

Outras acções de impacto mais indirecto incluem: conclusão, revisão e divulgação da legislação e regulamentação complementar do sector adequando-a às necessidades de envolvimento das comunidades e sector privado no sector.

4.5.3 Extensão

A.1 Objectivos de Longo Prazo

O objectivo geral da Extensão Agrária é contribuir na melhoria da segurança alimentar, crescimento económico e redução da pobreza através de um aumento da produção e produtividade e promoção de novas tecnologias, promovendo a participação dos produtores na agenda da extensão.

Especificamente, o sector da Extensão Agrária pretende:

1. Aumentar a capacidade técnica e de gestão dos produtores para promover a produtividade agrícola e uso racional dos recursos (terra, água, florestas, animais, força de trabalho)
2. Aumentar a capacidade da Extensão Agrária para identificar novas oportunidades de mercado para culturas e animais em Moçambique, nos países vizinhos e na região
3. Melhorar a capacidade para implementar programas de extensão dentro do Sistema Unificado de Extensão (SUE) e SISNE com uma extensão participativa

Para se atingir os objectivos específicos, a EA desenhou um plano director. A estratégia de implementação do Plano Director de Extensão (2006-2010) está baseada no princípio de mecanismos múltiplos de provisão de serviços que vão incorporar a activa participação do Estado e do sector privado (ONG's e Privados) bem como dos produtores. Para além disso, vai consistir na utilização de abordagens múltiplas tendo o Estado a função de provedor e financiador (contratador) dos serviços de extensão.

O Plano Director, em referência, promove a abordagem de extensão participativa que inclui dentre muitas coisas, o processo de ajuda individual de produtores e grupos de produtores baseada em suas circunstâncias específicas e sistemas de produção. Isto é enfatizado pela continuidade da implementação do SUE e ao mesmo tempo promove o SISNE com a estratégia da descentralização dos produtores

A.2 Prioridades

O principal grupo alvo da extensão pública continua a ser o pequeno produtor agrário (sector familiar), porque constitui cerca de 99% de força de trabalho da agricultura contribuindo com cerca de 80% da produção agrária. Também serão assistidos produtores médios emergentes e comerciais por serem capazes de assumir mais riscos do que o sector familiar. Esta estratégia necessitará duma colaboração e coordenação estreita com outros subsectores, especialmente a nível provincial e distrital.

A Extensão Agrária vai continuar a trabalhar com grupos, com uma cobertura de cerca de 300 produtores por extensionista, acima dos 225 do primeiro Plano Director. Todos os produtores do sector familiar nas zonas com redes de extensão irão beneficiar directa ou indirectamente do Sistema Unificado de Extensão (SUE) melhorado ou consolidado. O SUE será responsável pela transferência de tecnologias ao produtor agrário. Portanto, a eficiência do SUE vai depender do funcionamento da investigação e da cooperação com outras direcções ou instituições subordinadas do MINAG.

A descentralização da extensão vai continuar a ser consolidada pelo fortalecimento da capacidade de planificação, implementação e M&A dos serviços distritais de extensão. A descentralização inclui a devolução da autoridade para os níveis mais baixos de operação em termos de gestão administrativa e financeira dos recursos. A EA encorajará a inovação de métodos de extensão.

Ao nível central, a Extensão Agrária tem a responsabilidade de avaliar e sistematizar os novos modelos usados pelos serviços de extensão pública. É importante notar que dada a realidade de Moçambique, o sector público e privado (ONG's e sector privado) têm um papel a desempenhar na descentralização, participação e cooperação dos produtores no sentido de alcançar os objectivos de desenvolver a agricultura.

Os meios de comunicação de massa (televisão, rádio, panfletos e grupos de escuta) serão usados na divulgação de mensagens complementares, como de controle de queimadas descontroladas, novas variedades, caju, preços de mercado, pós- colheita, e conservação de solos.

A colaboração com escolas rurais deve ser considerada. Cada extensionista vai trabalhar com pelo menos uma escola rural. As principais áreas de intervenção serão o treinamento de estudantes através de demonstrações de diferentes opções tecnológicas, e na preparação de materiais de formação. O MINAG/DNEA vai apoiar o Ministério de Educação na possibilidade de integração de assuntos da agricultura nos currículos das escolas de EP1 e do EP2.

As prioridades da extensão incluem:

1. Reforço Institucional

- Fortalecimento dos serviços públicos de Extensão a todos os níveis (central, provincial e distrital)
- Promover e apoiar as ONG's e sector privado através de:
 - Desenvolvimento de capacidade para promovimento de serviços extensão.
 - Estabelecimento de promotores/facilitadores de extensão agrária

2. Acções de Campo

- Capacitar as organizações de produtores para ter melhor acesso aos serviços de extensão e mercados (factores de produção e de excedentes);
- Consolidar as redes de extensão e programas de treinamento dos extensionistas e produtores em diversas matérias ligadas a:
 - Produção agro-pecuária
 - Pós-colheita (Conservação, Agro-processamento, etc);
 - Agro-negócios e gestão
 - Conservação dos recursos naturais e
 - Aspectos conducentes a mitigação dos efeitos de HIV/SIDA

4.5.4 Recursos Humanos

A reestruturação em curso no MINAG decorrente do processo de reforma do sector público exige melhor adequação dos funcionários e trabalhadores do Ministério para que se logre obter uma substancial melhoria na qualidade dos serviços prestados ao público.

Ciente desta realidade e das suas responsabilidades, a componente Recursos Humanos vêm desenvolvendo esforços criando com o objectivo de criar as condições necessárias para o melhor enquadramento e afectação dos recursos humanos a todos os níveis. Para tal impõe-se a necessidade urgente de aprovação de um quadro de pessoal, a nível central, que reflita os resultados da análise funcional realizada na instituição.

Em paralelo a esta necessidade de definição do quadro é igualmente importante inverter a pirâmide do nível de escolaridade do sector que é extremamente larga na sua base, compreendendo um grande número de funcionários, com qualificações relativamente baixas, necessárias para o exercício das novas funções e responsabilidades do MINAG. Neste sentido foram desenvolvidas algumas acções e outras em curso sobre:

1. Mapeamento da força de trabalho, a todos os níveis, de todos os órgãos e instituições do MINAG
2. Elaboração de metodologia para redimensionamento dos quadros de Pessoal, dos órgãos centrais, no âmbito da Reforma Institucional
3. Programa de Aposentações e Desvinculação Voluntária
4. Descrição de Cargos e Funções, a todos os níveis
5. Finalização do Plano de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos
6. Estabelecimento de um Sistema de Informação de Recursos Humanos para apoiar a gestão de recursos humanos
7. Realização de um Estudo do Impacto do HIV-SIDA

A.1 Objectivo Geral de Longo Prazo

A componente Recursos Humanos tem como principal objectivo gerir os recursos humanos afectos aos sector através da elaboração, aplicação de metodologias de selecção, contratação, afectação, formação/desenvolvimento, avaliação de desempenho de funcionários e trabalhadores contratados tendo em conta as políticas definidas para o sector público em geral.

A.2 Prioridades

A componente Recursos Humanos definiu 5 prioridades de longo prazo, definidas como se segue:

1. Redimensionamento do Quadro de Pessoal do MINAG em quantidade e qualidade incluindo um Programa de Aposentações Voluntárias de Funcionários

A reforma institucional do Aparelho do Estado exige a redefinição não só da estrutura orgânica do Ministério mas também dos quadros de pessoal existentes com o objectivo dar cumprimento as suas novas funções e responsabilidades. Como forma de consubstanciar os objectivos acima, foi estabelecidos o Programa de Aposentação e Desvinculação Voluntária com o intuito de libertar o Ministério dos funcionários que pela idade ou tempo de serviço ou ainda por que não reúnem as condições técnicas exigidas no momento.

2. Produção de informação fiável sobre os recursos humanos afectos aos órgãos e instituições do Ministério através da implantação do Sistema de Informação de Recursos Humanos – SIRH

O MINAG para melhor gerir o seu pessoal necessita de um instrumento informático fiável que servirá de complemento ao Subsistema de Informação de Pessoal – SIP, uma base de dados sob a responsabilidade do MAE.

3. Descrição de cargos e funções dos postos de trabalho existentes no Ministério

A descrição de cargos, sobretudo específicos, do sector são importantes para clarificação das principais atribuições e tarefas/actividades dos diversos cargos/funções a todos níveis do MINAG

4. Elaboração e Implementação do Plano de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos do MINAG

Com o objectivo de adequar o pessoal do Ministério às novas exigências do sector a DRH em coordenação com os diversos órgãos, deverá elaborar o respectivo Plano de Formação.

5. Implementação do Plano Estratégico Sectorial de Combate ao HIV/SIDA 2006-2010

O Estudo de Impacto do HIV/SIDA realizado pelo MINAG no ano de 2004 demonstrou que o Ministério deverá perder, em 7 anos, cerca de 25% de sua força de trabalho. Daí a necessidade de elaboração e implementação de um Plano capaz de mitigar os efeitos da pandemia em benefício dos funcionários, suas famílias e produtores agrários.

4.5.5 Investigação

A.1 Objectivo Geral de Longo Prazo

A componente investigação tem três linhas gerais estabelecidas, nomeadamente:

1. Desenvolvimento de metodologias e tecnologias que garantam a segurança alimentar
2. Desenvolvimento de metodologias e tecnologias para a promoção de valor acrescentado aos produtos agrários para uma melhor conservação e acesso aos mercados
3. Desenvolvimento de metodologias e tecnologias de desenvolvimento e uso sustentável dos recursos agrários

A.2 Prioridades

1. Reforçar e desenvolver os centros zonais de investigação agrária tendo como base as diferentes zonas agro-ecológicas
2. Desenvolver programas e projectos de investigação com base no potencial agro-ecológico
3. Estabelecer mecanismos de transferência e disseminação de tecnologias
4. Estabelecer mecanismos de avaliação sócio-económica das tecnologias disseminadas
5. Reforçar a ligação investigação-extensão (pública, privada e ONG)
6. Estabelecimento de parcerias público-privadas (PPP) para obtenção de resultados vantajosos para ambas as partes e racionalização dos recursos
7. Reforçar, capacitar e desenvolver os recursos humanos e infra-estruturas de investigação

4.6 Desafios

Qualquer que seja a prioridade de desenvolvimento, existem sempre desafios a enfrentar para o alcance das metas estabelecidas. Estes desafios estão agrupados em cinco grupos principais, nomeadamente desafios de carácter institucional dentro do MINAG e de coordenação no âmbito do LOLE, desafios de desenvolvimento do capital humano, desafios da criação de capacidades em recursos, desafios em capacitação institucional e organizacional dos produtores, e desafios de coordenação e interacção entre os diferentes actores no aproveitamento das oportunidades existentes e a criar. A Tabela 4.6 resume os principais desafios, a abordagem a seguir para enfrentar os desafios, e as observações pertinentes a cada desafio.

Tabela 4.6 Principais Desafios e a Abordagem a Seguir para Enfrentá-los

Desafios	Como Enfrentar os Desafios	Observações
Reforma institucional e de coordenação no âmbito do LOLE	Reforçar a capacidade do sector público para desenvolver e implementar, em parceria com os outros intervenientes no sector, políticas e programas coerentes e economicamente viáveis. Compatibilizar a planificação distrital com a de nível provincial e central.	As DDAs devem utilizar os PDDs como instrumentos de referência nos PAAOs locais, planificação anual.
Desenvolvimento do capital humano	Expandir as oportunidades de formação e capacitação dos agentes envolvidos no sector agrário, através de: 1. Introdução de módulos ligados ao desenvolvimento agrário nos currículos das escolas nas zonas rurais 2. Aproveitar a estrutura existente das escolas básicas agrárias para a formação de produtores agrários. 3. Consolidar parcerias com instituições de ensino superior de modo a comprometé-las com os objectivos estratégicos do sector agrário	MEC e MINAG na revisão e definição dos novos currículos do ensino a todos os níveis com os seguintes aspectos: 1. Introdução de noções de extensão e produção agrária nas escolas primárias e secundárias 2. Práticas agrícolas nas escolas (em especial no meio rural) com envolvimento dos extensionistas 3. Revisão e melhoria do sistema de ensino técnico agrário

Tabela 4.6 Principais Desafios e a Abordagem a Seguir para Enfrentá-los (Cont.)

Desafios	Como enfrentar os desafios	Observações
Criação de capacidades em recursos	Infra-estrutura agro-pecuária Energia e mecanização agrária Infra-estrutura de informação Serviços financeiros rurais	Com liderança do MPD, difusão e uso constante da planificação horizontal para a implantação de infra-estruturas básicas
Capacitação institucional e organizacional dos produtores	Promoção do desenvolvimento associativo Desenvolver pacotes de formação sobre o desenvolvimento associativo e de agro-negócios Facilitar o acesso a recursos humanos e financeiros para a promoção de agro-negócios das associações de produtores Incentivar iniciativas de poupança e crédito de grupos associativos Promover e incentivar iniciativas de mulheres rurais organizadas em grupos ou na forma individual na promoção de agro-negócios	Criação de centros de promoção de agro-negócios e desenvolvimento associativo e cooperativo. Desenho e disseminação de pacotes de formação e treinamento em gestão de agro-negócios aos extensionistas e técnicos agrários. Divulgação de boas práticas e promoção de programas de troca de experiências (feiras agrárias e de natureza correlacionada)
Coordenação e interacção entre os diferentes actores no aproveitamento das oportunidades existentes e a criar.	Estabelecer e garantir o funcionamento de mecanismos de coordenação intra e intersectoriais. Tornar funcionais ou restabelecer comissões interministeriais de planificação e execução de actividades correlacionadas e de interesse intersectorial (ex: vias de acesso, comercialização, etc.)	Sob liderança do MPD como globalizador na planificação sector, reactivar os fóruns e comissões inter-ministeriais envolvendo para além de outros os principais: MIC, MOPH, MICOA, MINAG, CTA.